

Destaque

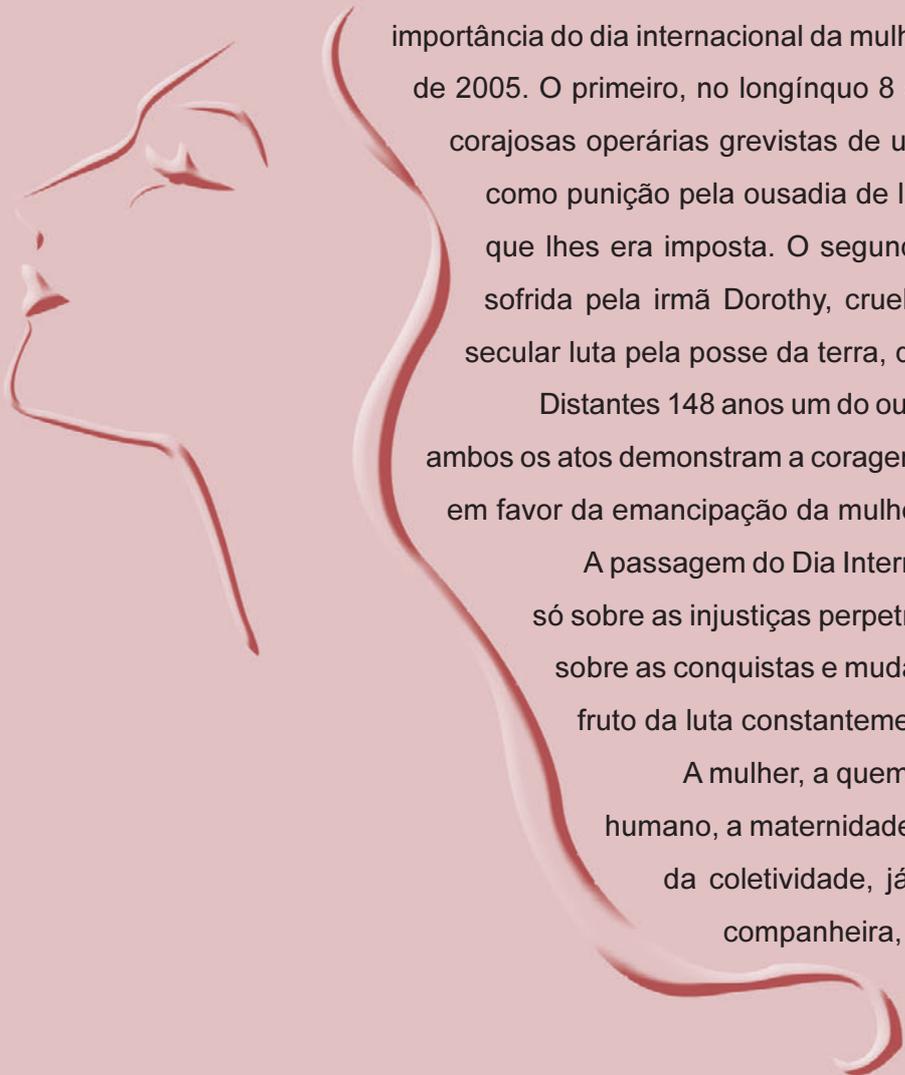
Veículo Informativo do Tribunal Regional Federal da 1ª Região

Ano IV n. 30 março 2005

Entrevista com o representante
dos TRFs no Conselho Nacional
de Justiça Jirair Aram Meguerian

Cores e tons na homenagem
do Tribunal à mulher

Dia Internacional da Mulher



Dois acontecimentos separados pelo tempo permitem aquilatar a importância do dia internacional da mulher, que comemoramos neste 8 de março de 2005. O primeiro, no longínquo 8 de março de 1857, com a morte de 129 corajosas operárias grevistas de uma fábrica em Nova Iorque, queimadas como punição pela ousadia de lutar contra desumana carga de trabalho que lhes era imposta. O segundo, neste ano de 2005, com a violência sofrida pela irmã Dorothy, cruelmente assassinada no Pará, vítima da secular luta pela posse da terra, que tantos males causa ao nosso país.

Distantes 148 anos um do outro, mas tão próximos em seu significado, ambos os atos demonstram a coragem feminina e a importância do movimento em favor da emancipação da mulher, que cresce no mundo inteiro.

A passagem do Dia Internacional da Mulher leva-nos a refletir não só sobre as injustiças perpetradas contra as mulheres, mas, também, sobre as conquistas e mudanças sociais que elas alcançaram como fruto da luta constantemente empreendida.

A mulher, a quem foi confiada a mais nobre missão do ser humano, a maternidade, é o esteio das realizações do homem e da coletividade, já quanto ao papel de mãe, esposa ou companheira, já quanto ao embate das lutas sociais na longa e árdua caminhada para alcançar a igualdade e o lugar que hoje assume na quase totalidade da sociedade brasileira.

É oportuno, neste dia, reconhecer e homenagear o trabalho de um grupo especial de mulheres: as que atuam no Tribunal e na Justiça Federal da Primeira Região. São magistradas, servidoras, prestadoras de serviços e estagiárias que, com determinação e competência, transformam a rotina em inovação e descobertas reveladas em seus sonhos.

Nesta data de inegável significado, ao cumprimentar todas as mulheres, devoto especial apreço àquelas cuja presença, nas mais diversas atividades do Poder Judiciário da Primeira Região, tem contribuído para o engrandecimento da justiça brasileira. Sintetizo-as na figura emblemática de Fabíola Bernardi – jovem juíza tragicamente falecida em acidente aéreo – que escolheu exercer a magistratura em Tabatinga/AM, movida pelo ideal de atuar mais próxima dos necessitados, como exemplo marcante do importante papel desempenhado pela mulher brasileira na sociedade moderna.

*Desembargador Federal **Aloísio Palmeira Lima***

Presidente

A verdadeira mulher moderna desempenha muitas funções, como as de mãe, estudante, esposa, dona-de-casa, profissional; porém sem perder a feminilidade, sem deixar de lado a atenção que a maternidade exige. A “multimulher” administra bem uma vida em família; também vive bem com independência, se preciso for.

As mulheres que integram o Tribunal e a Primeira Região foram homenageadas, no TRF, por ocasião do Dia Internacional da Mulher, e estão retratadas na matéria de capa.

O Conselho Nacional de Justiça foi apresentado, recebendo como um de seus membros o Desembargador Federal Jirair Aram Meguerian, que, em meio a tantas atribuições, ganha mais uma responsabilidade, a de representar os TRFs no Conselho, órgão instituído pela Emenda Constitucional 45/2004, que promoveu a Reforma do Poder Judiciário.

Outras mudanças no Judiciário também estão sendo divulgadas nesta edição. O Conselho da Justiça Federal passa a ser autoridade certificadora eletrônica. O envolvimento do TRF com o sistema é o seguinte: o Presidente integra o Comitê Gestor, o Juiz Federal em Auxílio à Presidência é o custodiante e o Diretor da Secretaria de Informática é membro da comissão técnica, composta por membros da comissão permanente de estudos para padronizar a plataforma tecnológica de informática no âmbito da Justiça Federal.

As Editoras
destaque@trf1.gov.br

25



Tribunal informatiza sessão de julgamento

11

Tribunal tem custodiante no sistema de certificação de autenticidade eletrônica

15

Tocantins ganha vara especializada em JEF

21



Realizado JEF itinerante para idosos

PRESIDENTE

Aloísio Palmeira Lima

VICE-PRESIDENTE

Mário César Ribeiro

CORREGEDOR-GERAL

Assusete Magalhães

DESEMBARGADORES FEDERAIS

Tourinho Neto

Catão Alves

Jirair Aram Meguerian

Carlos Fernando Mathias

Olindo Menezes

Luciano Tolentino Amaral

Cândido Ribeiro

Hilton Queiroz

Carlos Eduardo Moreira Alves

Ítalo Mendes

Carlos Olavo

Amílcar Machado

Antônio Ezequiel

Daniel Paes Ribeiro

Luiz Gonzaga Barbosa Moreira

João Batista Gomes Moreira

Antônio Souza Prudente

Selene Maria de Almeida

Sebastião Fagundes de Deus

Antônio Sávio de Oliveira Chaves

Maria Isabel Diniz Gallotti Rodrigues

Maria do Carmo Cardoso

Leomar Barros Amorim de Sousa

Neuza Maria Alves da Silva

DIRETOR-GERAL EM

EXERCÍCIO

Carlos Frederico Maia Bezerra

SECRETÁRIO-GERAL

Paulo Cardoso de Oliveira

ASSESSORA DE

COMUNICAÇÃO

Etiene Gomes de Carvalho

(Fenaj 4165/014/003/DF)

EDITORES

Etiene Gomes e Lucimar de Melo

(Fenaj 2561/13/18/DF)

REDATORES

Etiene Gomes, Ivani Morais,

Juliana Freire, Lucimar de Melo,

Marcela Correia, Mara Lúcia

Bessa, Márcia Barroso, Marília

Maciel, Rafael Braga e Samantha

Salomão

COLABORAÇÃO ESPECIAL

Gésner Braga – SJBA

Rita Miranda – SJBA

ESTAGIÁRIOS REDATORES

Bárbara Nogueira, Camila Santana, José

Alexandre de Souza, Juliana Corrêa e

Raquel Meleiro

REVISÃO GERAL

Márcia Murça Barroso

PROJETO GRÁFICO

Jordânia J. Alves

DIAGRAMAÇÃO

Jordânia J. Alves

Colaboração: estagiários José

Alexandre de Souza e Bárbara Nogueira

FOTOS

Luiz Carlos Xavier, Carlos Rodrigues,

Magnaldo Timo, Luiz Augusto Cals,

Saulo Cruz, Vandeney Machado e

Bruno Almeida

ILUSTRAÇÃO

Saulo Cruz

PADRONIZAÇÃO e EDIÇÃO

Assessoria de Comunicação Social –

Ascom

DISTRIBUIÇÃO

José Miguel Pereira dos Reis

FOTOLITOS

TechnoArte Bureau e Fotolito Digital

IMPRESSÃO

Gráfica do TRF-1ª Região

TIRAGEM

2.500 exemplares

Assessoria de Comunicação Social

Praça dos Tribunais Superiores -

SAS – Quadra 02 – Bloco A –

Edifício-Sede – sala 03.

CEP: 70095-900

Fones: (0xx61) 314-5371/79

Telefax: (0xx61) 226-4985

E-mail: ascom@trf1.gov.br/

destaque@trf1.gov.br/

radio@trf1.gov.br/

tv@trf1.gov.br

PCTT 066.02.002-C

Sessão da Corte Especial



No dia 10 de março, em sessão da Corte Especial, houve apresentação da proposta do anteprojeto de reestruturação de cargos e funções da Justiça Federal da 1ª Região pela presidenta da comissão de reestruturação, Desembargadora Federal Selene Maria de Almeida. A proposta será apreciada pelos Desembargadores Federais, que irão votar o projeto em 60 dias.

Também foi apresentado à Corte Especial o Projeto Consultoria em Língua Portuguesa pela coordenadora, servidora Ana Toledo. O projeto conta com o apoio dos servidores professores da Divisão de Produção Editorial (Diedi) e da Divisão de Recursos Humanos (Direh). Esta presta apoio logístico, recebe e dá encaminhamento às solicitações. Os consultores são todos graduados em Letras; são eles: Ana Toledo (Presi), Carmem da Costa (Diedi), Edelweiss Mafra (Diedi), Magda Giovanna (Diedi), Renato Cunha (Diedi) e Samuel dos Santos (Diedi). Eles estão à disposição pelo e-mail consultoria.português@trf1.gov.br, e a coordenadora Ana Toledo, pelo ramal 198.

A outra novidade apresentada na sessão foi o Relatório Anual de Atividades do Tribunal de 2004 em CD-rom, elaborado pela Divisão de Produção Editorial (Diedi) e pela Divisão de Desenvolvimento Organizacional (Didor), a partir de subsídios encaminhados pelas unidades do Tribunal.

Luto oficial – Na abertura da sessão, o Presidente Aloísio Palmeira fez moção de pesar e decretou três dias de luto oficial devido ao falecimento do Desembargador Federal aposentado desta Corte Euclides Reis Aguiar, determinando a comunicação da homenagem à família do magistrado. Em seguida, por sugestão do Desembargador Federal Catão Alves, foi feito um minuto de silêncio em memória do falecido.

Homenagem in memoriam

O Desembargador Federal aposentado Euclides Reis Aguiar faleceu no dia 10 de março. O sepultamento ocorreu na cidade de Boa Esperança, em Minas Gerais.

Segundo o Desembargador Federal Catão Alves, muito amigo do magistrado, Euclides Aguiar era bastante citado em decisões, pela forma como conduzia os julgamentos dos processos; era uma pessoa que procurava apaziguar ânimos e que tratava muito bem os servidores e colegas.

Mineiro, natural de Nepomuceno, o Desembargador ingressou na magistratura em 1971, tendo sido Diretor do Foro e Corregedor da Justiça Federal em Minas Gerais de 1978 a 1979.

Foi convocado para substituir membro do Tribunal Federal de Recursos, em 1988 e 1989, e nomeado Presidente da 1ª Seção e da 1ª Turma desta Corte. De 1989 a 1993, foi Membro do Conselho de Administração do TRF-1ª Região.



Varas federais no Pará



Ao centro, o Presidente Aloísio Palmeira, ladeado pela Prefeita Odileida Maria e pelo Desembargador Antônio Ezequiel (à dir.), pelo Deputado Nícias Ribeiro e pelo Chefe de Gabinete da Prefeitura, José Tarcísio (à esq.)

O Tribunal está empenhado nas diligências para instalação das novas varas federais.

O Desembargador Federal Antônio Ezequiel esteve no Pará, nos dias 02 e 03 de março, com o objetivo de agilizar os procedimentos de instalação das novas varas no estado. À frente do grupo de trabalho designado pelo Presidente Aloísio Palmeira, o magistrado visitou autoridades locais e imóveis que irão abrigar as futuras subseções de Altamira/PA e Castanhal/PA.

No dia 09 de março, O Presidente Aloísio Palmeira Lima esteve reunido com a Prefeita de Altamira/PA, Odileida Maria Sampaio, com o Desembargador Federal Antônio Ezequiel, com o Chefe de Gabinete da Prefeitura do Município, José Tarcísio Sampaio, com o Deputado Federal Nícias Ribeiro (PSDB/PA) e com a Assessora Parlamentar do Tribunal, Helga Jucá, para tratar das instalações de varas federais em Altamira/PA.

Eleito o Desembargador Federal Jirair Aram Meguerian para compor o Conselho Nacional de Justiça

O Desembargador Federal Jirair Aram Meguerian será o representante dos Tribunais Regionais Federais junto ao Conselho Nacional de Justiça (CNJ), por eleição do Plenário do STJ realizada no dia 23 de fevereiro. A Juíza Federal Germana de Oliveira Moraes, da Seção Judiciária do Ceará, foi eleita representante dos Juízes Federais.

O Desembargador Federal Jirair Aram Meguerian falou sobre a escolha: “Sinto-me honrado pela confiança que o STJ demonstrou ter em mim como um dos representantes da magistratura federal no Conselho”.

O Conselho Nacional de Justiça (CNJ) foi criado pela Emenda Constitucional 45, que trata da Reforma do Judiciário, com o fim de controlar a atuação administrativa e financeira do Poder Judiciário e o cumprimento dos deveres funcionais dos juízes.

O CNJ será composto por 15 membros com mais de 35 e menos de 66 anos de idade, e sua instalação está prevista para ocorrer em junho deste ano.

Até o fechamento desta edição, dos 15 membros do Conselho, cinco já haviam sido definidos: Presidente do STF Nelson Jobim, que o presidirá; Ministro Vantuil Abdala, Presidente do Tribunal Superior do Trabalho (TST); e os três indicados pelo Superior Tribunal de Justiça (STJ): Ministro Pádua Ribeiro, Desembargador Federal Jirair Meguerian e Juíza Federal Germana Moraes.

Há também indicação de outros dois representantes pelo STF, dois pelo TST, um pela Câmara dos Deputados, um pelo Senado, dois pela OAB e dois pelo Ministério Público.



Caberá ao CNJ, entre outras tarefas, fiscalizar a atuação de juízes e funcionários e definir as diretrizes gerenciais para o bom funcionamento da Justiça no país.

PERFIL – O Desembargador Federal Jirair Aram Meguerian tomou posse como Juiz do Tribunal Regional Federal da 1ª Região em 27 de maio de 1994. Exerceu a função de Diretor da revista do TRF. Foi ainda Diretor da Escola de Magistratura Federal da 1ª Região no biênio 2002/2004. Desde o dia 28 de junho de 2004, o magistrado é membro efetivo do TRE/DF. Atualmente é membro do Conselho de Administração desta Corte.

Natural do Cairo/Egito e brasileiro naturalizado desde 1967, o magistrado bacharelou-se em Ciências Jurídicas e Sociais em 1970, pela Faculdade Nacional de Direito da Universidade do Brasil (RJ). Seu ingresso na Justiça Federal ocorreu em 1979, na Seção Judiciária do Rio Grande do Sul. Foi Juiz nas Seccionais do Amazonas, Minas Gerais e Mato Grosso do Sul, exercendo, na última, a Diretoria do Foro. Atuou, ainda, nas Varas Únicas de Rio Grande (RS), de Uberaba e de Uberlândia.

Confiança e reconhecimento



*Desembargador Federal
Jirair Aram Meguerian,
Representante dos TRFs
no Conselho Nacional
de Justiça*

A criação do Conselho Nacional de Justiça, entre os assuntos discutidos antes da aprovação da Reforma do Judiciário, foi um dos mais polêmicos. Agora, ele é uma realidade da qual o Senhor faz parte diretamente. Como o Senhor avalia esse contexto?

Ocorre que toda inovação traz discussão e, perante tais situações, surgem, de imediato, os que combatem a novidade e os que defendem as idéias inovadoras, ou seja, tudo que implementa grandes e profundas mudanças, como é o caso do Conselho Nacional de Justiça e o Conselho Nacional do Ministério Público, causa, no meio onde atuará, certa comoção. Não podemos esquecer que o Salvador do Mundo, tão incompreendido e perseguido, já afirmara que não viera para trazer a paz, porém a espada, vale dizer, como Ele introduzia novos conceitos de vida e de relacionamento com o Criador, óbvio que haveria os críticos e surgiriam inúmeras discussões e até lutas. Ora, tal resistência ao novo, que é inerente ao ser humano, também se opôs ao assim chamado “Controle Externo”. No meu entender, acredito que é cedo para se jogarem pedras a essa idéia, pois, enquanto

não se instalar e não atuar o Conselho, não podemos afirmar se é uma idéia boa, salutar e que efetivamente dará, ou não, impulso ao Judiciário.

Não se pode olvidar, outrossim, de que alguns que se dizem críticos e opositores, apesar de outros mais bem intencionados, abriram a polêmica tão-somente para não se alterar o *status quo*, pois é mais cômodo deixar tudo como está do que aceitar novos desafios, mudar os rumos e testar idéias ou organismos mais modernos.

O Senhor acredita que a polêmica criada em torno da existência desse Conselho é justificável?

Sem sombra de dúvidas, o debate sobre o novo é salutar num ponto, pois tenderá, por meio dos avanços e recuos da dialética, da crítica e da defesa, atingir, naturalmente, o ponto de otimização do princípio inicial informador da mudança pretendida. Entendo, portanto, ser justificável a polêmica tão-somente neste aspecto, e não naquele que os opositores pretendiam incutir na sociedade, ou seja, de que a idéia não era boa e que haveria risco de inviabilizar o Judiciário. Nes-

Depois de 14 anos tramitando no Congresso Nacional, a emenda constitucional que trata da Reforma do Judiciário foi aprovada no final de 2004. Um dos pontos altos da reforma é o Conselho Nacional de Justiça, que terá um papel fundamental no que se refere à parte gerencial. Com previsão para começar a funcionar até o dia 30 de junho, o órgão máximo de governo do Poder Judiciário será integrado por 15 membros, dos quais cinco já estão escolhidos. Entre eles, o Desembargador Federal do TRF da 1ª Região, Jirair Aram Meguerian, que fala à Destaque sobre o novo colegiado e a respeito de suas expectativas frente a mais esse desafio em sua carreira.

se particular, entendo não ser razoável a polêmica.

Que mudanças na conjuntura o Senhor acredita que o Conselho Nacional de Justiça impõe ao Judiciário Brasileiro?

Reputo, como ponto mais salutar e de importância capital para justificar a existência do Conselho para o Poder Judiciário, a competência de uniformização, revisão e harmonização da atuação administrativa e financeira dos órgãos do Judiciário. O Poder Judiciário, apesar de ser um, nacional, divide-se em duas esferas, de um lado, o Judiciário da União e, de outro, o dos Estados e do Distrito Federal. Outrossim, o da União subdivide-se, por sua vez, na Justiça Comum ou Justiça Federal, e nas especiais, a saber, Militar, Eleitoral, Trabalhista. Por outro lado, a Justiça dos estados, que possui dois ramos, comum e militar, apesar de unificados sob administração de um só Tribunal por estado, respectivo Tribunal de Justiça possui, em três unidades, Rio Grande do Sul, São Paulo e Minas Gerais, dois Tribunais distintos, o Tribunal de Justiça, cúpula adminis-

trativa da Justiça comum, e o Tribunal de Justiça Militar, cúpula da Justiça Militar Estadual. Não podemos olvidar, ainda, que, dentro da organização da Justiça do Trabalho, em cada estado ou em quase cada estado há um Tribunal Regional do Trabalho. Ora, por expressa disposição constitucional, para garantia da independência do Judiciário, foi outorgado a cada Tribunal total independência para sua gestão administrativo-financeira, respondendo cada Tribunal diretamente ao colendo TCU. É bem verdade que na Justiça Federal existe o Conselho da Justiça Federal, composto de ministros do colendo STJ e dos presidentes de cada um dos 5 (cinco) Tribunais Regionais Federais, e na Justiça do Trabalho a Emenda nº 45 criou um órgão similar com a denominação de Conselho Superior da Justiça do Trabalho. Todavia, tais organismos não possuem competência tão ampla como a do Conselho Nacional e, obviamente, não atingem os demais órgãos/Tribunais do País.

Este é um ponto entre tantos outros que destaque, sem embargo dos demais, também de suma importância, como, *verbi gratia*, o papel de guardião da autonomia do Poder Judiciário etc.

Sobre o processo de escolha dos membros do Conselho Nacional de Justiça, quais foram os critérios, quais foram as regras?

Na composição do Conselho, garante-se a representatividade de todos os ramos do Judiciário (Federal, Estadual, Trabalhista etc.), com a presença de magistrados oriundos de cada um dos referidos compartimentos em que se divide, tanto da 1ª instância, como da instância recursal e, ainda, de cada Tribunal Superior, com lamentável esquecimento, por parte do constituinte de revisão, da Justiça Militar da União, em ambas as instâncias.

Em sendo órgão paritário, têm assento, ainda, no Conselho, quatro representantes dos órgãos que congregam aqueles que, por definição constitucional, exercem funções essenciais à Justiça, sendo dois do Ministério Público (um estadual e um federal) e dois da advocacia e, finalmente, dois representantes dos usuários dos serviços da Justiça, titulares do direito de ação, dois cidadãos escolhidos, um pelo Senado da República, outro pela Câmara dos Deputados.

A escolha dos representantes da Justiça Federal foi feita pelo colendo STJ, remetendo, para tanto, cada TRF, cinco nomes de magistrados integrantes do Tribunal e cinco

nomes de juizes federais. A 1ª instância ficou representada por uma Juíza Federal da 5ª Região, Drª Germana de Oliveira Morais, enquanto que os Tribunais Regionais Federais por mim, da 1ª Região.

Um grande número de magistrados de todo o País concorreu às duas vagas para o CNJ, e o Senhor foi um dos eleitos. Com que disposição pretende assumir tamanha responsabilidade?

Em primeiro lugar, não posso negar que a minha escolha me traz uma grande responsabilidade, pois, na realidade, o colendo STJ representa não só a Justiça Federal, como a dos Estados, pois, como se sabe, um terço de seus membros é oriundo dos Tribunais de Justiça, assim, a confiança com que me distingue essa indicação, além de ser dos membros do Tribunal, pode ser retratada como sendo da própria Justiça Comum Federal e Estadual como um todo, pelo que me obriga a envidar esforços para corresponder a contento a tal voto de confiança.

Dessa forma, pretendo ser um verdadeiro servidor da Justiça Comum naquele sodalício, adotando ou propondo as medidas que se destinem, comprovadamente, a levar a Justiça comum brasileira a atingir o ponto ou patamar de excelência na qualificação dos serviços essenciais que presta à população, seja no aspecto da celeridade, seja no aspecto de justiça distributiva e aplicação justa da lei.

Finalmente, não posso olvidar que no exercício de função de tal envergadura, é chegada a hora de poder pagar, com minha dedicação integral à causa nobre, o grande débito que tenho com o povo brasileiro e o Brasil, que me receberam, criança, de braços abertos no longínquo ano de 1958, e me deram tantas oportunidades de crescimento, permitindo que integrasse a Magistratura Nacional.

Como será a atuação do Conselho Nacional de Justiça num primeiro momento?

Acredito que, de início, deverá elaborar os atos administrativos necessários para seu regular funcionamento e, uma vez instalado, iniciar um levantamento da situação real dos problemas e dificuldades enfrentadas pelo Judiciário, para, a partir do diagnóstico seguro, planejar e projetar ações e objetivos com o fim de adequar cada vez mais a magistratura para atender às necessidades do jurisdicionado e solucionar de forma satisfatória, dentro dos princípios legais, as lides na sociedade brasileira.

O Senhor vai participar do primeiro colegiado desse novo órgão, cujos mandatos são de dois anos, prorrogáveis por mais dois. Que contribuição pretende dar para a formação de um órgão forte e respeitado pela sociedade brasileira?

Como já afirmei, espero contribuir com minha experiência adquirida nos 10 anos em que me dediquei, antes de ingressar na magistratura, a atividades de planejamento e elaboração de projetos de normas legais, no Executivo, somado ao meu conhecimento do funcionamento da Justiça Federal, de forma abrangente, já que nos 25 anos a ela dedicados já atuei em diversas seções judiciais (estados), hoje integrantes de três Regiões distintas da Justiça Federal.

Qual é a posição do Senhor em relação à reforma do Judiciário recentemente aprovada pelo Congresso Nacional? Quando a sociedade vai começar a sentir os efeitos práticos dela em suas vidas?

A Reforma do Judiciário levada a efeito por meio da Emenda nº 45, claro que possui muitos pontos positivos, todavia, reputo de maior importância e garantia de efeitos práticos a necessária alteração da legislação processual brasileira, em especial quanto à atual possibilidade de interposição de inúmeros recursos que acabam procrastinando o resultado final da demanda, muitas vezes resultando esse claramente definido, em face dos precedentes jurisprudenciais das Cortes Superiores e do colendo Supremo.

Na minha modesta visão, a sociedade só sentirá, efetivamente, o resultado da Reforma após o advento da legislação complementar à Emenda nº 45, em especial, as alterações das normas processuais.

Há compatibilidade entre as atribuições de desembargador e as de membro do Conselho Nacional de Justiça? Se houver, como pretende conciliar?

Em princípio, não vejo nenhuma incompatibilidade no exercício cumulativo da judicatura e das atividades no Conselho; todavia, na hipótese de se verificar no desenvolvimento de tais atividades algum risco no regular julgamento dos recursos a mim afetos no Tribunal, nada impediria a convocação de magistrado no TRF para me auxiliar na judicatura, conforme expressa previsão legal e regimental, já que não se pode, jamais, prejudicar o andamento dos processos e sua solução. ■



Esmaf realiza curso de latim

O latim é a língua mãe da língua portuguesa, além disso, é de extrema importância na interpretação de textos e normas jurídicas. Com a finalidade de aprimorar a língua e a capacitação de magistrados e servidores, a Escola de Magistratura Federal da 1ª Região, Esmaf, iniciou, no dia 21 de fevereiro de 2005, o Curso de Latim – módulo I, que terá a duração de seis meses e está sendo ministrado pelo professor Edilson Alkimin.



Professor Edilson Alkimin ministra aula para participantes

São dezesseis inscritos, entre eles, cinco desembargadores federais, três juízes federais e oito servidores do Tribunal. O Desembargador Federal Leomar Amorim, um dos participantes, fala da importância do curso. “Pelo fato de usarmos uma língua derivada do Latim e de consultarmos os livros de doutrina, o

curso nos dará um grande suporte”.

O prazer de estudar a língua, a procura pela especialização – por exemplo, no caso do direito romano –, a necessidade de se fazerem pesquisas lingüísticas ou, simplesmente, a vontade de recordar são fatores que motivaram a procura pelo curso. “Para mim está sendo uma recordação agradável”, diz o Desembargador Federal

Catão Alves, e acrescenta: “É uma oportunidade para que até mesmo aqueles que nunca viram o latim aprendam a raciocinar, porque o latim nos força ao raciocínio”.

As aulas terminarão no dia 09 de julho e estão sendo gravadas para servirem de base a um curso a distância para magistrados de toda a 1ª Região.

Implementação do PCTT na SJDF

A organização de documentos sempre significou, para a maioria dos setores das seções judiciárias, um motivo de angústia e preocupação. O grande volume de papéis arquivados, ano a ano, lota os armários das unidades administrativas e judiciárias e ressalta a escassez de espaço físico para esse fim. No entanto, na Seção Judiciária do Distrito Federal, a solução do problema já foi encontrada: a implementação do PCTT – Plano de Classificação e Tabela de Temporalidade. Com uma proposta inovadora e inteligente, o plano propõe uma forma eficaz de organizar os documentos institucionais por meio da classificação quanto à temporalidade, definindo quanto tempo irão permanecer no setor até serem descartados ou encaminhados ao arquivo central.

Abrindo os trabalhos de implantação do PCTT na Seccional, a Divisão de Desenvolvimento Organizacional (Didor) promoveu, no dia 16 de fevereiro, uma palestra informativa sobre o projeto, com destaque para a importância da padronização das regras de organização de documentos para todas as seções judiciárias da 1ª Região. A Diretora da Didor, Elieusa Guedes Brandão, apontou justificativas importantes para a imediata utilização do plano: economia de tempo na procura dos documentos, pois haverá redução significativa de seu volume; eliminação do perigo de descarte, perda, extravio ou destruição de documentos importantes e preservação efetiva da memória institucional dos órgãos.

O Diretor da Secretaria de Administração da SJDF, Misael Guerra Pessoa de Andrade, reconhece a importância da implantação do PCTT. “O arquivamento excessivo de documentos gera um alto custo para a Administração. Ganharemos espaço físico e melhores ambientes de trabalho.”

Em continuidade ao trabalho desenvolvido na seccional do DF, a Didor realizou, nos dias 17 e 18 de fevereiro, um treinamento prático com os servidores que serão responsáveis pela divulgação e implantação do plano em seus respectivos setores – os chamados multiplicadores. Nas salas de cursos do Centrejufe, os participantes puderam familiarizar-se com as ferramentas eletrônicas de pesquisa do PCTT, classificar documentos e determinar a data de descarte ou envio ao arquivo central e ainda simular a organização dos arquivos setoriais.



Servidores da SJDF em treinamento

O Plano de Classificação e Tabela de Temporalidade (PCTT) teve início com a IN 14-18, de 21.05.1998, que serviu de parâmetro para a realização de estudos e para a elaboração das diretrizes do plano. Ele viabiliza a classificação eficaz e o descarte ou arquivamento (intermediário/permanente) de documentos administrativos. Existem, atualmente, 1270 atividades listadas na tabela de classificação do plano.



*Reunião do
Presidente com
autoridades de várias
cidades mineiras*

Visitas ao Presidente

Os prefeitos dos municípios mineiros de Lavras, Ipatinga, Divinópolis, Varginha e Pouso Alegre reuniram-se com o Presidente do Tribunal, Aloísio Palmeira, no dia 23 de fevereiro. O encontro, realizado no Salão Nobre, tratou da implantação das varas federais criadas pela Lei 10.772/2003 e contou ainda com a presença de autoridades mineiras, de juízes federais e de dirigentes e servidores do TRF-1ª Região.

O Presidente em exercício, Mário César Ribeiro, recebeu a visita, no dia 18 de janeiro, dos representantes da Caixa Econômica Federal Mário Fernando de Melo – Gerente Nacional de Rede –, Hermínio Basso – Superintendente de Negócios –, Vladmir Athaide – Gerente de Segmento Judiciário – e Gláucio Geronasso – Gerente de Mercado. O Diretor-Geral, à época, Rubens Murga também esteve presente à reunião, na qual se discutiu a instalação de varas federais criadas pela Lei n. 10.772/2003.

No dia 02 de fevereiro, o Presidente Aloísio Palmeira recebeu o Deputado Federal Carlos Melles, Presidente da Comissão de Relações Exteriores e de Defesa Nacional da Câmara dos Deputados, o Prefeito de São Sebastião do Paraíso (MG), Mauro Zanin, o Vice-Prefeito, Márcio da Silveira, e o Juiz Federal Miguel Ângelo de Alvarenga Lopes. Na ocasião, os visitantes entregaram ao Presidente a planta do edifício que abrigará a Vara Federal naquela cidade.

Estiveram presentes à reunião na Presidência o Diretor-Geral, à época, Rubens Murga e a Assessora Parlamentar Helga Ferraz Jucá.

A Presidência recebeu a visita do Professor Juarez Freitas, Presidente do Instituto Brasileiro de Direito Administrativo, docente da PUC-RS e da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRS), no dia 22 de fevereiro.

No mesmo dia, o Presidente Aloísio Palmeira recebeu dez autoridades do município de Araguari/MG, inclusive o Prefeito Marcos Antônio Alvim. Participaram do encontro desembargadores federais, representantes do poder legislativo daquela cidade e presidentes de vários órgãos, como a OAB e o Clube de Dirigentes Lojistas. O objetivo da reunião foi sensibilizar o Tribunal para a instalação de vara da Justiça Federal naquela cidade.



*Dirigentes de São Sebastião do Paraíso (MG),
autoridades e servidores reúnem-se com o
Presidente Aloísio Palmeira*



*O Professor Juarez Freitas, o Presidente Aloísio
Palmeira e o Desembargador Federal João Batista
Moreira*



*O Presidente do Tribunal, Aloísio Palmeira, ao
lado do Prefeito de Araguari/MG, Marcos Alvim*

Estudantes de vários estados conhecem o Tribunal

Estudantes de Direito de diversas universidades do País, participantes do programa de estágio promovido pelo STJ durante as férias escolares, visitaram o Tribunal para conhecer as instalações da Casa. Na visita, realizada em 21 de janeiro, os alunos conheceram a Coordenadoria de Registros e Informações Processuais (Corip), os estúdios de Rádio e de TV do Tribunal, o Plenário e o Salão Nobre. A visita foi acompanhada pela Assessoria de Representação e Programação Social-Asrep, fazendo parte do programa de visitas orientadas – Bem-Vindo.



Alunos do curso de Direito em frente ao Edifício-Sede



Presidente participa de reunião do Conselho da Justiça Federal

O Presidente Aloísio Palmeira Lima participou, no dia 24 de fevereiro, da primeira sessão de 2005 do Conselho da Justiça Federal (CJF), realizada no Tribunal Regional Federal do Rio de Janeiro, 2ª Região, e presidida pelo Ministro Edson Vidigal, Presidente do STJ e CJF. Também estiveram presentes os Ministros Ari Pargendler, Coordenador-Geral da Justiça Federal, José Arnaldo da Fonseca, José Augusto Delgado, Fernando Gonçalves e os Presidentes dos TRFs das demais regiões: Valmir Peçanha, 2ª, Anna Maria Pimentel, 3ª, Vladimir de Freitas, 4ª, e Margarida Cantarelli, 5ª Região.

Ainda participaram do encontro o Presidente da Ajufe, Jorge Maurique, e representantes do Ministério Público, da OAB, do Poder Executivo e do Congresso Nacional. Eles podem fazer intervenções na sessão, porém não votam.

O que foi decidido – Durante a reunião, que foi aberta ao público, foi referendada, por maioria, a concessão e atualização de quintos aos servidores do CJF e da Justiça Federal de 1º e 2º graus.

Também foram referendadas, porém por unanimidade, a aprovação do Relatório de Gestão Fiscal da Justiça Federal referente ao 3º quadrimestre de 2004, bem como a alteração, no orçamento da Justiça Federal, das modalidades de aplicação constante das ati-



Colegiado realiza primeira sessão de 2005

vidades de divulgação dos atos do Poder Judiciário e dos serviços essenciais à Justiça: TV Justiça, assistência médica e odontológica aos servidores, empregados e seus dependentes.

Foram aprovadas resoluções sobre os seguintes assuntos no âmbito do CJF e da Justiça Federal de 1º e 2º graus:

- concessão de licença para o trato de assuntos particulares, prevista no art. 91 da Lei n. 8.112/90;
- procedimentos administrativos a serem adotados em caso de paralisação do serviço por motivo de greve;
- adoção de certidão nacional de distribuição;
- normas a serem observadas na disciplina e realização de correições e inspeções judiciais.

Foi deferida a alteração da Resolução Conjunta n.1, do STJ e do CJF, que dispõe sobre a criação da Autoridade Certificadora do Sistema Justiça Federal (AC-JUS) e seu funcionamento. Também será alterada a Resolução n. 384, que trata da aquisição, classificação patrimonial e controle de obras bibliográficas no CJF e na Justiça Federal de 1º e 2º graus.

Também foi aprovada, por unanimidade, a criação de comissão para estudar possível aumento do número de desembargadores federais e servidores.

Novidades para a Justiça Federal

Na tarde de 24 de fevereiro houve solenidade para lançamento do CJF como sede da Autoridade Certificadora do Sistema Justiça Federal e foram apresentados o novo Portal da Justiça Federal e os sistemas automatizados “Rol de Culpados”, “Certidão Nacional de Distribuição” e “Sistema Nacional de Informação de Segurança Pública”.

Além das autoridades mencionadas, também participaram do evento o Juiz Federal em auxílio à Presidência, Marcos Augusto de Sousa, o Diretor-Geral à época, Rubens Murga, o Diretor da Secretaria de Informática (Secin), Roberto Cavalcante, o Secretário de Informática do STJ, Lúcio Melre, e servidores dos órgãos que compõem o CJF, o STJ e os TRFs.

PORTAL DA JUSTIÇA FEDERAL

O portal oferece diversos serviços à população, entre eles a consulta à jurisprudência do STJ, dos cinco TRFs e das Turmas Recursais e Nacionais de Uniformização da Jurisprudência dos Juizados Especiais Federais. Destaca-se também a Certidão Nacional de Distribuição ou Certidão Negativa da Justiça Federal. Outra Ferramenta, mas disponibilizada somente para juízes federais e para servidores do CJF e da Justiça Federal, é o Sistema Nacional de Informações de Segurança Pública (Infoseg). Ainda estão disponíveis no portal notícias e eventos.

O Portal da Justiça Federal pode ser acessado nos endereços www.justicafederal.gov.br ou www.jf.gov.br e vai oferecer ainda os seguintes serviços: Via Legal, atas das sessões do Colegiado, resolução e atos normativos do CJF, estatísticas da Justiça Federal, acervo da biblioteca, publicações do Centro de Estudos Judiciários, biblioteca jurídica virtual, Turma de Uniformização, Portal da Educação e outros.

Rol Nacional de Culpados

É uma base de dados nacional, centralizada no CJF e alimentada pelas varas criminais da Justiça Federal, possibilitando a consulta, por parte de todos os magistrados, de antecedentes criminais dos réus. Isso proporciona o acesso a informações sobre as condenações, não importando se o réu se encontra num estado e o magistrado noutro. O acesso é restrito a magistrados.

Sistema de Informações de Segurança do Ministério da Justiça (Infoseg)

O serviço é disponibilizado somente para juízes federais, servidores do CJF e da Justiça Federal por meio de convênio entre o STJ, o CJF, os TRFs e o Ministério da Justiça. Permite a obtenção de informações sobre cadastro de veículos e armas, inquéritos das polícias civil e federal (em todo o Brasil), réus condenados, população carcerária, antecedentes criminais e outros.

Tribunal tem custodiante no sistema de certificação de autenticidade eletrônica

O Conselho da Justiça Federal tornou-se sede da Autoridade Certificadora do Sistema Justiça Federal (AC-JUS) - que reúne o CJF, o STJ e os cinco TRFs - no dia 24 de fevereiro no Rio de Janeiro.

A certificação digital garante a validade jurídica, a autenticidade e a integridade de documentos produzidos em forma eletrônica. Também permite assinatura, proteção e geração de recibos digitais das comunicações entre partes. A idéia é que o documento eletrônico tenha a mesma credibilidade que um documento em papel.



Juiz Federal em auxílio à Presidência, Marcos Augusto de Sousa, é custodiante

Certidão Nacional de Distribuição

A conhecida certidão negativa da Justiça Federal passa a ser obtida por meio do rastreamento em bancos de dados de todas as seções judiciárias do País, tendo validade em todo o território nacional. Além de consulta, o portal permite ainda a autenticação de certidão. A pessoa não precisa ir à sede da Justiça Federal nem dos TRFs para obter a emissão da certidão. Estará disponível a partir do dia primeiro de maio.

A AC-JUS não certifica diretamente documentos nem pessoas. Ela habilita autoridades subseqüentes, que estão sendo criadas e que atuarão de acordo com as normas de certificação da ICP Brasil - Infra-Estrutura de Chaves Públicas Brasileira -, um conjunto de técnicas procedimentais e práticas elaborado para suportar um sistema criptográfico com base em certificados digitais, instituído pela MP 2.200, em julho de 2001.

A Autoridade Certificadora do Sistema Justiça Federal (AC-JUS) será gerenciada por um comitê gestor, composto pelo Presidente do STJ e do CJF, que o presidirá, pelo Ministro Coordenador do Conselho da Justiça Federal, pelo Ministro Presidente da Comissão de Coordenação do STJ e pelos Presidentes dos TRFs.

O Comitê Gestor será assessorado por comissão técnica composta pelos membros da Comissão Permanente de Estudo para Padronizar a Plataforma Tecnológica de Informática no Âmbito da Justiça Federal. A Comissão, que é composta pelos secretários de informática do CJF, STJ e TRFs, é presidida pelo Juiz Federal da Vara de Rio Grande/RS, Sérgio Tejada. Ela existe desde 1993, tendo sido reformulada pela Portaria 28, de 06/05/2004.

Por indicação do Presidente Aloísio Palmeira Lima, o Juiz Federal em auxílio à Presidência do TRF da Primeira Região, Marcos Augusto de Sousa, é custodiante na 1ª Região da fração da chave privada da AC-JUS. O Custodiante é um juiz federal, e não um técnico de informática, por sugestão do Comitê Gestor, inclusive pela natureza e vitaliciedade do cargo de magistrado.

A chave é o instrumento de acesso às atividades da AC-JUS, que fica guardada no Serviço Federal de Processamento de Dados (Serpro). A fração dessa chave é como se fosse um código para a emissão ou revogação de certificados digitais, motivo por que o “guardião do código” deve ser uma pessoa de extrema confiança e de reconhecida reputação. Há seis

custodiantes representantes das cinco regiões, com mandato de três anos. Na Primeira Região, essa fração fica sob a responsabilidade do Juiz Federal Marcos Augusto. Ele fala à Destaque sobre ser custodiante: “É missão de grande responsabilidade. Fiquei honrado com a indicação, com a confiança em mim depositada. Os custodiantes têm a função de garantir rigorosamente a execução das deliberações do Comitê Gestor”. São, portanto, executores do que for determinado pelo Comitê.

Dois membros custodiantes devem reunir-se a cada quinze dias, no Rio de Janeiro, na sala-cofre do Serpro, com suas chaves criptográficas - cada um possui uma -, para autorizarem ou desautorizarem, conforme determinado pelo Comitê, pessoas a figurarem na lista de certificadoras eletrônicas de documentos.

O Diretor da Secretaria de Informática (Secin), Roberto Cavalcante, informa que a biometria é um fator que contribui para a credibilidade da emissão da assinatura digital. A biometria é a parte da ciência que estuda a mensuração do ser humano. No contexto, é um aparelho ligado ao computador, que possibilita a conferência da assinatura digital, capaz de conferir, por exemplo, fatores como a impressão digital e o mapeamento da íris de cada pessoa.

Ele informa que o Tribunal já tem 80 assinaturas digitais debaixo da ICP-Brasil para Execução Fiscal Virtual.

Segundo o Juiz Federal Marcos Augusto de Sousa, a certificação digital é um sistema extremamente seguro e importante para o futuro do Poder Judiciário, pois resolve, inclusive, o problema de espaço físico, o que já tem sido um transtorno para algumas seções judiciárias.

Ele apenas alerta para a necessidade da formação de uma nova cultura - a abolição gradativa do papel - para a eficácia prática da certificação digital. Para isso, ele acredita que o sistema deva transmitir confiança ao usuário desde o início de seu funcionamento.



Implantado Sistema de Segurança Eletrônico no Tribunal

O TRF da 1ª Região está investindo em tecnologia para oferecer maior segurança a magistrados, servidores e jurisdicionados. Os fatores que levaram o Tribunal a implantar o Sistema de Segurança Eletrônico foram o crescimento da população fixa e flutuante (usuários eventuais e visitantes) do TRF, a vulnerabilidade e a necessidade de modernização do atual sistema de registros.

O sistema de identificação eletrônica conta com a tecnologia de cartões de aproximação, foto-imagem *on-line* e catracas automatizadas. Os cartões inteligentes conterão dados pessoais e foto, permitindo um acesso rápido e seguro ao edifício. Para utilizar, basta que o usuário aproxime o seu cartão personalizado frente às catracas para que a leitora do equipamento, reconhecendo o código de cadastro, libere automaticamente a passagem.

Cumprindo o papel de proteção das instalações, serão disponibilizados, também, detectores de metais nas portarias principais dos edifícios Sede e Anexo I, e em locais estratégicos como Plenário e salas de audiência. Segundo o Diretor da Divisão de Segurança e Serviços Gerais, Agnaldo Dias de Souza, o objetivo dos detectores é minimizar a possibilidade de intrusão de pessoas portando, por exemplo, armas de fogo nas dependências do Tribunal. “A cada dia nos deparamos com os mais diferentes tipos de ocorrência.

Com relação ao ingresso de armas de fogo, a preocupação é ainda maior, sobretudo na segurança dos gabinetes e durante as audiências, pois já tivemos casos de pessoas que tentaram ingressar nesses ambi-

O novo sistema de segurança deve entrar em funcionamento ainda no primeiro semestre deste ano, assim que toda a estrutura estiver pronta. O objetivo é acertar todos os detalhes, a fim de se obter um



Sistema de segurança instalado no Edifício-Sede

entes armadas, alegando motivos não convincentes para a segurança”, explicou o Diretor.

Para intensificar ainda mais a segurança no Tribunal, novos equipamentos foram adquiridos para os gabinetes do Edifício-Sede. Além disso, o atual sistema de vigilância eletrônica (circuito fechado) será ampliado para garantir a apuração de ilícitos e práticas de atos e condutas desautorizadas. “Infelizmente, já tivemos problemas relacionados ao ingresso de pessoas descredenciadas que tentaram obter, por meios ilícitos, informações reservadas apenas às partes e seus representantes”, informou o Diretor Agnaldo Dias. Os gabinetes terão câmeras nos setores de atendimento ao interessado que busca informações e consultas no processo.

sistema de proteção eficiente. Para isso, a Secretaria de Administração; por meio da Divisão de Segurança tem procurado orientar e esclarecer todas as categorias de usuários sobre o funcionamento e adequação à nova rotina. “Estamos em plena fase de campanha de sensibilização, após, daremos início à entrega dos cartões de identificação e registro de fotos”, afirmou Agnaldo.

O investimento em moderna tecnologia foi precedido de estudos técnicos, registros antecedentes de ocorrências impróprias e análises de risco, fatores, segundo o Diretor Agnaldo Dias, indispensáveis e determinantes para o estabelecimento de uma política de segurança continuada e para o desenvolvimento de uma cultura organizacional identificada com os reais valores que se espera alcançar na instituição.



Servidores e concursados preenchem vagas nas novas varas federais

Em fevereiro deste ano, teve início a instalação de 41 varas federais na Primeira Região, dando-se seguimento ao processo de interiorização da Justiça Federal e à expansão dos Juizados Especiais Federais, segundo determina a Lei 10.772, de 2003. A norma prevê 20 cargos para cada vara a ser instalada em 2005; oito serão preenchidos por nomeação de concursados, e 12, por remoção de servidores integrantes do quadro de pessoal da 1ª Região. As vagas abertas em razão da remoção desses servidores serão ocupadas por concursados imediatamente, com obediência à ordem de classificação dos candidatos.

Em cada vara federal instalada, haverá um juizado especial federal adjunto, que julgará causas de até 60 salários-mínimos e para o qual não existe previsão legal de cargos. Ele irá funcionar com servidores da respectiva vara federal e com aqueles cedidos,

a título de quadro complementar, por órgãos municipais. A cessão de servidores em nada prejudicará a nomeação dos concursados, pois os cedidos não preencherão os cargos, que devem ser providos por concurso público. Além de possuir caráter complementar, a mão-de-obra dos servidores cedidos não será remunerada pelo Tribunal.

O número de servidores da Justiça Federal é insuficiente para atender ao crescente volume de processos que tramitam nas varas federais. O Tribunal considera oportuno, então, o auxílio oferecido pelos municípios para amenizar a situação.



Seção Judiciária de Palmas/TO

As novas varas federais

As 41 varas estarão instaladas nas seguintes localidades:

Município	Estado	Quantidade
Barreiras	BA	01
Campo Formoso	BA	01
Eunápolis	BA	01
Feira de Santana	BA	01
Guanambi	BA	01
Itabuna	BA	01
Jequié	BA	01
Juazeiro	BA	01
Paulo Afonso	BA	01
Salvador	BA	01
Vitória da Conquista	BA	01
Goiânia	GO	01
Anápolis	GO	01
Luziânia	GO	01
Rio Verde	GO	01
Aparecida de Goiânia	GO	01
Caxias	MA	01
Distrito Federal	DF	02
Divinópolis	MG	02

Município	Estado	Quantidade
Governador Valadares	MG	02
Ipatinga	MG	01
Lavras	MG	01
Montes Claros	MG	01
Passos	MG	01
Patos de Minas	MG	01
Pouso Alegre	MG	01
São João Del Rey	MG	01
São Sebastião do Paraíso	MG	01
Sete Lagoas	MG	01
Varginha	MG	01
Cáceres	MT	01
Sinop	MT	01
Rondonópolis	MT	01
Altamira	PA	01
Castanhal	PA	01
Picos	PI	01
Palmas	TO	01
Ji-Paraná	RO	01



Presidente e prefeitos baianos discutem instalação de varas federais

O Presidente do Tribunal Regional Federal da 1ª Região, Desembargador Federal Aloísio Palmeira Lima, reuniu-se, no dia 25 de janeiro, na sede da Seção Judiciária da Bahia, em Salvador, com prefeitos e outras autoridades de Barreiras, Campo Formoso, Eunápolis, Feira de Santana, Guanambi, Jequié, Juazeiro, Paulo Afonso e Vitória da Conquista, municípios baianos onde serão instaladas novas varas federais criadas pela Lei n. 10.772.

Durante a reunião, foram discutidas as diretrizes necessárias para a implantação das varas federais. O presidente apresentou aos prefeitos proposta da jurisdição das futuras subseções judiciárias, bem como dados estatísticos sobre a população e dimensão territorial das áreas abrangidas. Estiveram presentes ao encontro o Desembargador Federal Antônio Ezequiel (presidente do grupo de trabalho encarregado de manter contatos e adotar providências para instalação das novas varas federais), a Diretora do Foro da Seção Judiciária da Bahia, Mônica Aguiar, e representantes da Caixa Econômica Federal.

Os prefeitos comprometeram-se com a escolha dos prédios que abrigarão as varas até a construção das sedes definitivas. Para tanto, ficou esclarecido o tipo de edificação e os requisitos

para garantir um bom serviço à população. Também foi agendada a visita de engenheiros do Tribunal para vistoriar os prédios indicados pelas prefeituras. O Presidente informou haver, no orçamento deste ano, recursos para a compra dos equipamentos que serão utilizados nas varas, com previsão de liberação a partir de março.

A instalação das novas varas é prioridade na atual administração do Tribunal. Conforme ressaltou o Presidente Aloísio Palmeira, a interiorização da Justiça Federal trará benefícios não apenas para os municípios nos quais as varas estarão fisicamente instaladas, mas também a toda extensão de suas jurisdições.

Entre os aspectos mais importantes da expansão da Justiça Federal para o interior, destacam-se a competência criminal das novas varas, que favorecerá as ações de repressão ao tráfico de entorpecentes, bem como a implantação de juizados especiais federais adjuntos nas diversas subseções judiciárias. Os JEFs respondem hoje por 800 mil ações correntes na 1ª Região e dois milhões em todo o País.

Assim, a instalação definitiva de varas em municípios do interior consolida o projeto que tem por objetivo vencer distâncias e levar justiça e cidadania aos sítios mais remotos do País, favorecendo, principalmente, a população carente, cujo acesso à Justiça Federal é dificultado pela escassez de recursos financeiros e materiais necessários ao deslocamento às sedes da Justiça Federal nas capitais e às atuais subseções judiciárias.

Com o crescimento da Justiça Federal, o TRF da 1ª Região prevê a necessidade de realização de concurso público para provimento de cargos de juiz federal substituto, bem como a nomeação de novos servidores.



Proposta de jurisdição para a sede da Seção Judiciária da Bahia e para as subseções após instalação de novas varas federais

O Presidente Aloísio Palmeira ladeado pela Diretora do Foro, Mônica Aguiar (à esq.), e pelo Desembargador Federal Antônio Ezequiel (à dir.)

	Localização	Total de municípios	Área total (km ²)	População aproximada
Salvador	leste do litoral baiano região metropolitana	41	17.071	4.000.000
Ilhéus	litoral sul	21	13.479	700.000
Feira de Santana	centro-norte	74	64.382	2.000.000
Jequié	centro-sul	54	47.384	1.000.000
Paulo Afonso	nordeste região do Vale do São Francisco	31	39.011	730.000
Itabuna	região sul	24	12.602	540.000
Eunápolis	extremo sul	21	29.443	700.000
Campo Formoso	centro-norte	36	40.744	800.000
Juazeiro	extremo norte região do Vale do São Francisco	9	58.750	440.000
Vitória da Conquista	centro-sul	9	40.022	1.000.000
Guanambi	centro-sul	41	58.070	780.000
Barreiras	extremo oeste	31	145.360	650.000

Tocantins ganha vara especializada em JEF

A Seção Judiciária de Tocantins, desde o dia 18 de fevereiro, conta com mais uma vara federal em sua estrutura. Agora, são três, sendo uma destinada às causas de pequeno valor, que são solucionadas nos Juizados Especiais Federais e que já chegam a mais de 3.500 no Estado do Tocantins. A nova vara funciona no prédio da Justiça Federal e conta com estrutura própria de pessoal, sendo um juiz federal coordenador e 21 novos servidores, que darão maior celeridade à prestação jurisdicional.

A solenidade de instalação da 3ª Vara Federal foi marcada pela presença de autoridades dos três poderes locais. O Presidente Aloísio Palmeira Lima e o Coordenador-Geral dos Juizados da 1ª Região, I'talo Fioravanti Sabo Mendes, participaram da instalação juntamente com o Diretor do Foro Marcelo Velasco Nascimento Albernaz, e com o Coordenador dos JEFs locais, Wesley Wadim Passos Ferreira.

Com a instalação da nova vara, todos os estados da Primeira Região estão contemplados com vara especializada em causas de valor não-superior a 60 salários-mínimos.

Na ocasião, o Presidente Aloísio Palmeira falou da importância da nova vara federal para a população do Estado. “Significa maior possibilidade de acesso à Justiça, pois essa vara, funcionando como JEF, aliada às outras varas que já funcionam, trabalhará em favor daquela população mais desassistida, mais carente, que precisa de atendimento às suas pequenas demandas”, declarou. O Presidente falou, ainda, dos reflexos do trabalho dos juizados junto às populações mais carentes. Segundo ele, “a fixação do homem no campo, evitando a busca do esplendor urbano com a conseqüente marginalização nas grandes cidades, e o despertar da consciência de uma nova cidadania são os efeitos mais benéficos dessa política de judicialização das carências de milhões de brasileiros”. O Coordenador-Geral dos JEFs, I'talo Mendes, elogiou o trabalho dos juizados federais no Estado. “A instalação desta vara vem reconhecer esse trabalho exemplar levado a efeito nesta Seção Judiciária”, e concluiu: “que ela sirva cada vez mais para levar a verdadeira justiça àqueles cidadãos brasileiros que batem às suas portas”.

A solenidade contou, ainda, com a presença do Desembargador Federal Antônio Ezequiel da Silva e dos Juizes Federais Marcelo Eduardo Rossitto Bassetto e Denise Dias Dutra Drumond.



O Diretor do Foro, Marcelo Velasco Albernaz, e o Presidente Aloísio Palmeira descerram placa alusiva ao evento

JEF virtual – Desde que foram instalados em abril de 2002, os Juizados Especiais Federais de Tocantins funcionavam como serviço destacado, com pessoal cedido de outras varas da Seccional. Entre os estados da Região Norte, foi o primeiro a contar com um juizado federal totalmente virtualizado. Desde abril de 2004, a movimentação física dos processos não faz mais parte da rotina dos magistrados e servidores que atuam nos JEFs do Estado. O Diretor do Foro, Marcelo Velasco, ressaltou a importância do novo órgão para a Justiça Federal. “Isso com toda certeza vai viabilizar maior eficiência na atuação do Juizado, já que vai proporcionar maior celeridade e maior qualidade neste serviço”.



Desembargador Federal Antônio Ezequiel (segundo a dir.) e autoridades presentes ao evento



Dalva Sobral ensina a técnica francesa de Decupagem e conquista novos adeptos

Diversão e arte

PGQVT realiza oficina de pintura

Apaixonada pelas artes, a servidora Dalva Sobral, do Pro-Social, proporcionou a magistrados, servidores, prestadores de serviço e estagiários do TRF-1ª Região, oficina de pintura em tela com a técnica francesa de decupagem.

A oficina teve duas turmas, uma à tarde, nos dias 25 e 26 de janeiro, das 14h às 17h, e outra no turno matutino, nos dias 27 e 28 de janeiro, das 9h às 12h, e teve iniciativa do Comitê

Gerencial do Programa de Gestão em Qualidade de Vida e Trabalho-PGQVT.

Dalva utiliza em suas composições tonalidades diversas e acredita que o sucesso de suas telas está diretamente ligado às cores por ela usadas. “Sempre fui amante das cores. Para mim, cor é vida; arte é cor; então, arte é vida. Como sou apaixonada pela vida, sou apaixonada pelas cores e pela arte desde criança”.

A artista, que já teve por diversas vezes suas obras expostas no Espaço Cultural do TRF-1ª Região, enxerga a técnica como forma de “dar asas à imaginação”.

“O mais interessante na decupagem é que existem várias possibilidades de fazer montagens, de jogar com as cores e fazer combinações com as mais diversas figuras.”



Abaixo, Dalva Sobral explica passo a passo um modo rápido e fácil de se fazer a decupagem em tela.

MATERIAL UTILIZADO:

tela no tamanho desejado;
guardanapo com desenhos à escolha;
tinta à base d'água; branca ou cores variadas;
termolina leitosa (cola branca);
verniz acrílico;
pincéis variados;
rolo para pintar a tela;
pigmento para colorir caso a tinta seja branca;
pano para limpar os pincéis.

COMO FAZER:

1º passo:

Pintar a tela com uma demão da tinta PVA na cor que preferir

2º passo:

Passar uma demão de termolina leitosa ou cola branca com um pouco de água

3º passo:

Colar o guardanapo com a figura escolhida

(obs: o guardanapo possui 3 camadas. Tirar duas e colar apenas a camada da figura com muito cuidado, pois ela é muito fina)

4º passo:

Depois da cola seca, se quiser, podem-se estender os desenhos e colorir a tela como preferir

5º passo:

Passar verniz acrílico sobre a tela

COMO SURTIU –

Derivada da palavra francesa “*decouper*”, que significa cortar, a técnica floresceu na Europa do século XVIII e foi conhecida como a “arte dos pobres”, porque aqueles que não tinham recursos para decorar suas mobílias e objetos, podiam obter efeitos distintos e requintados com gravuras coladas, sobrepostas à peça e revestidas com múltiplas demãos de verniz.

Sendo assim, a decupagem nada mais é do que a arte de adornar objetos, recortando e colando figuras em papel, formando diferentes composições.

A técnica imita a pintura feita a mão, já que muitos dos temas recortados são reproduções de obras originais. Requer apenas capricho e atenção e pode ser empregada com facilidade em tecidos, madeira, velas, alumínio e vidro.

Fonte: www.soliarte.com.br

Oficina de culinária infantil de 2005

No dia 25 de fevereiro, o PGQVT retomou as atividades do Programa de Educação Alimentar Infantil, com a primeira oficina de culinária infantil de 2005.

A nutricionista Cristine Neves Frauzino explica que “estas oficinas têm como objetivo sensibilizar e alertar as crianças para a importância de hábitos alimentares saudáveis”.

A oficina aconteceu no período das 9h às 10h30, no refeitório da garagem, onde, além de receberem informações sobre os tipos e fontes de alimentos (proteínas, carboidratos, gorduras, vitaminas e sais minerais), as crianças participaram da organização de um café-da-manhã completo e saudável!



A nutricionista Cristine Frauzino e as crianças participantes

Mountain bike, um estilo de vida!

A vida do prestador de serviços Carlos Alberto Dornelles Júnior mudou radicalmente há cerca de um ano, quando optou por deixar o sedentarismo de lado, transformando-se em adepto do mountain bike

Acostumado a passar horas trabalhando diante de telas de computador, o prestador de serviço, lotado na Divisão de Compras deste Tribunal, Carlos Alberto, já trabalhou na 5ª Turma e no Malote. Mas sua vida tomou direção diferente quando ele encontrou no *mountain bike* uma forma de relacionar-se com a natureza.

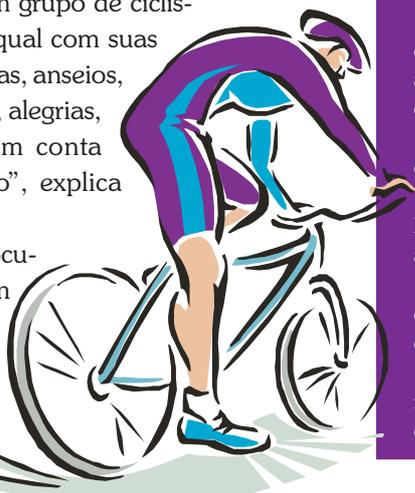
Em 2004, Carlos Alberto juntamente com seus amigos Emanuel e Daniela de Alencar Mota decidiram montar uma equipe, a “Equipee”, para competir no circuito nacional.

No ano passado, a Equipee participou de seis corridas. A primeira foi a “100 KM do Cerrado”. A segunda foi em Mariana, Minas Gerais, o “Iron Biker”, a prova mais dura do calendário nacional. Mas foi a partir da “2ª etapa do brasiliense”, realizada na Fazenda Taboquinha, que a equipe conseguiu o primeiro bom resultado, o glorioso segundo lugar.

Daí em diante, na “3ª etapa do brasiliense em Planaltina”, no “Primeiro Desafio dos Pirineus” (dois dias de competição, Brasília a Pirenópolis) e na “4ª etapa do brasiliense”, somente vitórias, e muito comemoradas pelos integrantes da Equipee.

“A sensação de participar é maravilhosa, quando é dada a largada se forma sempre um grupo de ciclistas, cada qual com suas expectativas, anseios, sensações, alegrias, que tomam conta por inteiro”, explica Carlos.

A preocupação com



A “Equipee” em clima de descontração total nas ruas de Mariana/MG

a alimentação é sempre um fator importante na vida de um atleta. “É preciso ter uma alimentação equilibrada e alimentar-se de carboidratos antes da competição”.

Outro cuidado de extrema relevância é fazer a hidratação durante as corridas.

“Geralmente utilizamos, durante as provas, uma mochila chamada “camel back”, onde a água mineral fica depositada. Usamos também como hidratação o consumo de isotônicos, gel de absorção rápida, refrigerantes e protetor solar.”

A próxima corrida, “70KM da

Ceilândia”, acontecerá no dia 24 de abril, e a Equipee prepara-se para mais esta disputa.

Para os futuros adeptos do *mountain bike*, Carlos avisa:

“Tenha disciplina nos treinamentos, na alimentação, na hidratação, respeite sempre as pessoas da equipe, a natureza e nunca ultrapasse os limites do seu corpo.”

Os interessados pelo esporte podem acessar o site www.rebasdocerrado.com.br e ficar por dentro das principais corridas de *mountain bike* do cerrado!

A História do mountain bike

O *mountain bike* foi inventado na Califórnia, no final dos anos 60, por uma turma de *hippies* que, curtindo as descidas de montanha (*downhill*) em alta velocidade, começaram a desenvolver acessórios e artifícios em suas bicicletas para que ficassem mais seguras no momento de radicais descidas montanha abaixo.

Gary Fisher, considerado o pai do esporte e que tinha sido recém-expulso da equipe de ciclistas de sua universidade, lançou a moda.

O objetivo de Gary e sua turma era carregar as velhas *bikes*, curtir a bela vista da Baía de São Francisco e, depois, aventurar-se nas montanhas de *Marin County*, arriscando a vida e revivendo as emoções da infância.

Os fabricantes de bicicletas começaram a desenvolver modelos especiais adaptados aos trancos e barrancos que a nova atividade exigia. Muitas dessas empresas já eram de propriedade desses *ex-hippies* e até hoje desenvolvem modelos cada vez mais sofisticados.

Atualmente o *mountain bike* é uma das atividades que mais crescem. Além do campeonato mundial que acontece uma vez por ano, existe também a “*World Cup*”, evento muito conhecido entre os *mountain bikers* e que acontece durante todos os anos, em diversos países.



Mulheres no

O Dia Internacional da Mulher é sempre lembrado, no Tribunal, com atividades realizadas pelo PGQVT e pela Asrep. Motivos não faltam para tais atividades, pois o Tribunal conta com um considerável público feminino, composto por cinco magistradas, 668 servidoras, 191 prestadoras de serviços e 185 estagiárias, somando-se 1.049 mulheres, contra 939 homens.

Na composição da Corte há cinco magistradas, Assusete Magalhães, Selene Maria de Almeida, Isabel Galotti, Maria do Carmo Cardoso e a recém-empossada Neuza Maria, primeira mulher afro-descendente a tomar posse como membro de Tribunal Regional Federal. A Desembargadora Federal Assusete Magalhães é também a Corregedora-Geral da Primeira Região. A magistrada Selene Maria de Almeida esteve à frente dos Juizados Especiais Federais por dois anos e coordena hoje a comissão de reestruturação do quadro de funções e cargos da Primeira Região. Elas se dividem entre as atividades inerentes à mulher e à profissional na árdua tarefa de magistratura.

A Corregedora-Geral Assusete Magalhães faz uma homenagem especial às magistradas, prestadoras de serviços, estagiárias e servidoras que atuam na Primeira Região, “porque elas representam neste Tribunal, de modo particular, mais de 50% da força de trabalho e tem dado tudo de si para colaborar para a entrega da boa prestação jurisdicional (...) Essas mulheres valorosas, que têm labutado na Justiça Federal, têm enfrentado essa dupla jornada com muito esforço, e todos sabemos, com prejuízo da sua vida pessoal e com reflexos naturais sobre sua saúde”.

Sobre ser mãe, mulher, esposa e profissional, a Desembargadora Federal Maria do Carmo Cardoso declara à Destaque: “Procuro seguir meus caminhos pela magistratura acreditando na justiça – com firmeza, seriedade e tranquilidade. Tranquilidade esta, para julgar consciente, esperançosa e com saber. Afinal, todo esse equilíbrio, que tanto preservo, é resultado do que concilio com minha família, também, pautada dentro dos mesmos princípios, e de poder contar com “mulheres maravilhosas” me auxiliando.”

A Desembargadora Federal Neuza Maria Alves fala sobre ser magistrada e desempenhar os vários papéis exigidos à mulher pela sociedade, ainda tendo que manter cuidados acrescidos à boa aparência física e ao equilíbrio emocional: “Nesse contexto, ser magistrada é um desafio constante, haja vista que no exercício dessa função temos que ser precipuamente técnicas, mas ao mesmo tempo psicólogas, sensíveis, ponderadas e equilibradas, fortes e competentes

acima da média porque somos diuturnamente testadas, observadas, colocadas na berlinda”.

Na Primeira Região, há 56 juízas federais, sendo 34 titulares e 22 substitutas, número menor que o de magistrados federais, que somam 194 – 92 titulares e 102 substitutos.

No exercício de cargos de chefia, no Tribunal, o público feminino lidera. São 544 mulheres que comandam frentes importan-



Desembargadoras Federais, dirigentes e servidoras na abertura da semana comemorativa



Wong executa massagem chinesa

Tribunal

tes de trabalho na Casa, e 380 homens; o que demonstra a importância dada pela Administração às profissionais atuantes da “família judiciária” do Tribunal.

Ruth Vaz está no Tribunal há 15 anos. Ela coordena o Comitê Gerencial do PGQVT e dirige a Divisão de Benefícios Sociais. Seus esforços laborais têm reflexos positivos nas vidas de mulheres e homens da Casa pela natureza das atividades desenvolvidas nesses órgãos. Para ela, o fato de ser mãe e esposa não impede que se dedique nos turnos matutino e vespertino à obtenção de bons resultados no trabalho que desenvolve no Tribunal.

Patrícia Maria Alves da Silva é prestadora de serviços no Tribunal há nove anos. Ela trabalha das 7 às 17 h. É casada, tem uma

filha e estuda à noite. Patrícia confessa que “não é fácil unir todas as funções em 24 horas”. Durante a semana, sobra pouco tempo de dedicação à filha, nos poucos minutos entre o momento em que chega do trabalho e aquele antes de ir à aula à noite. O trabalho dela é fundamental ao funcionamento do Tribunal e à qualidade de vida no trabalho. Ela desenvolve serviços gerais, mantendo o ambiente limpo, organizado e agradável.

A mulher, no desempenho de seus muitos papéis, é sempre lembrada por poetas e compositores. Ela foi e será muitas vezes poesia, sustentáculo, apoio, emoção. Pablo Neruda fala um pouco da alma feminina no poema “Mulheres”: “*Elas sorriem quando querem gritar. Elas cantam quando querem chorar. Elas choram quando estão felizes. E riem quando estão nervosas.*”

O oito de março é sempre lembrado no Tribunal com atividades e homenagens

Em homenagem às magistradas, estagiárias, prestadoras de serviços e servidoras, nos dias 08 a 11 de março, foram realizadas algumas atividades no Tribunal, organizadas pela Asrep e pelo PGQVT, com a presença de profissionais da área de promoção da beleza.

A Presidenta em exercício, Corregedora-Geral Assusete Magalhães, participou da abertura da Semana da Mulher no dia 8 de março, no Salão Nobre.

Em seu discurso, mencionou as primeiras mulheres a ocuparem cargos públicos no Brasil, como a Ministra Eliana Calmon, do STJ, e conclamou a todos para denunciarem a violência doméstica. “O silêncio é cúmplice da violência”, ressaltou.

Estiveram presentes à solenidade o Desembargador Federal Carlos Fernando Mathias, as Desembargadoras Federais Maria do Carmo Cardoso e Neuza Maria Alves, a Diretora do Foro da Seção Judiciária

do DF, Isa Tânia Cantão, o Juiz Federal em auxílio à Corregedoria, Reynaldo Soares, o Secretário-Geral Paulo Cardoso, o Diretor-Geral, à época, Rubens Murga, dirigentes, servidoras, estagiárias e prestadoras de serviços.

Em seguida, o cirurgião plástico Samuel Domingues ministrou a palestra “Beleza: um novo enfoque”.

Também aconteceu a abertura da Exposição comemorativa do Dia Internacional da Mulher, das artistas plásticas Josiane Zanela e Esmeralda Monteiro Guedes/Sutaq.

Finalizando a programação do dia, os servidores músicos se apresentaram: André Barcelos (Presi), Marco Antônio (Sutaq), Cândido Pato e Edilênio de Souza.

Stephanny, fundador do *Stephanny's Haute Coiffure*, discorreu sobre “Estilo da mulher profissional”, além de cortar cabelos e de dar dicas para mantê-los bonitos, no dia 09.

Paula Moulin, que é *personal stylist*, concedeu consultoria de imagem (trajes profissionais) também no dia 09.

No terceiro dia de atividades, dia 10, Heloísa Lelis, consultora em organização, falou sobre “Arrumação em dia”, dando dicas sobre organização do lar, e sobre “Organização de geladeira e mala”.

No mesmo dia, a facilitadora Patrícia Falcão Paredes, da clínica *Unique Esthetic House*, fez demonstração explicativa de *acushiatsu* facial (acupuntura e *shiatsu*), pela manhã, no *hall* do Plenário.

No dia de encerramento das atividades comemorativas da semana da mulher, dia 11, a facilitadora Luciana Cristina A. Braga, da *Unique Esthetic House*, fez demonstração explicativa de galvanopuntura – tratamento de estrias.

A demonstração aconteceu no período da manhã, no *hall* do Plenário. Às 14h, a consultora de imagem Paula Moulin falou sobre tipo físico e estilo, no Salão Nobre.

À tarde, a facilitadora Maria Cristina ofereceu oficina de bordados, realizada na sala 1 do 2º subsolo do Edifício Anexo I.



Presidenta em exercício, Assusete Magalhães, faz homenagem às mulheres do Tribunal

Como surgiu o Dia Internacional da Mulher

No ano de 1857, no dia 8 de março, aconteceu um trágico incêndio, matando 130 operárias têxteis. Fato ocorrido quando ocuparam a fábrica onde trabalhavam em Nova Iorque, após deflagrarem greve para reivindicar a redução da jornada de trabalho para 10 horas, de uma carga de 16 horas por dia. Elas ganhavam menos de um terço do salário dos operários. O dia 8 de março é, desde 1975, comemorado pelas Nações Unidas como Dia Internacional da Mulher.



Apreciados processos urgentes

A Turma Especial de Férias do TRF-1ª Região realizou três sessões no período de janeiro, duas ordinárias e uma extraordinária. A Turma composta pelos Desembargadores Federais Olindo Menezes, Carlos Moreira Alves, Selene Maria de Almeida e Maria do Carmo Cardoso processou e julgou feitos que, se não apreciados de imediato, provocariam o perecimento do direito das partes envolvidas. Processos urgentes com pedido de liminar, *habeas corpus* e mandados de segurança foram aqueles analisados pelos desembargadores.

Pena alternativa de Direito

Presidida pelo Desembargador Federal Olindo Menezes, a Turma Especial de Férias, em sua primeira sessão, no dia 14 de janeiro, apreciou o HC 2004.01.00047509-7/MG, no qual foi concedida a ordem à paciente que se havia ausentado do distrito da culpa, a princípio sem justificativa, tendo ainda que cumprir pena alternativa de prestação de serviços à comunidade. A pena de serviços à comunidade havia sido uma conversão da pena privativa de liberdade por estar envolvida com crime de falsidade de moeda. Encontrada e presa novamente, a defesa explicou ter a paciente perdido seu filho de 14 anos em desastre automobilístico, o que a levou a consumir drogas e apresentar problemas psiquiátricos. Nesse contexto, decidiu a Turma, por unanimidade, conceder nova oportunidade à paciente para que possa voltar a cumprir a pena alternativa de direito na forma de prestação de serviços à comunidade.

Outros *habeas corpus* levados em sessão versavam sobre fraude em vestibular de medicina no Acre. O HC 2004.01.00047509-7/AC e o HC 2004.01.00.053993-2/AC, do mesmo paciente, foram denegados pela Turma Especial de Férias. Explicou o Desembargador Federal Relator, Olindo Menezes, que o caso apresentava complexidade, além dos muitos crimes imputados pela acusação e da afirmativa de que o paciente vem cometendo o ato ilícito há mais de 16 anos. Coube ressaltar, na via estreita do *habeas corpus*, que o paciente fora preso em fuga. Respondendo processo por fraude em vestibular de medicina no Acre, o paciente fora encontrado cometendo o mesmo delito em cidade do interior de SP, quando fugiu para a cidade de Anápolis/GO, vindo a ser preso pela polícia federal. Encontrando-se em situação similar, o paciente do Habeas Corpus 2004.01.00.053992-9/AC teve também denegada a ordem.

Princípio da economia processual

Na sessão de 28 de janeiro, a Turma Especial de Férias julgou 12 *habeas corpus* e um agravo regimental em agravo de instrumento. A Turma iniciou a sessão analisando *habeas corpus* que tratavam de crimes provenientes de estelionato via internet, descobertos nas operações da polícia federal nomeadas por Cavalos de Tróia I e Cavalos de Tróia II. Reconhecida a sofisticação e a complexidade do caso, a Turma, ao analisar cada situação detidamente, rebateu o argumento da defesa com vistas ao relaxamento da prisão. A defesa teria argumentado que estaria havendo constrangimento ilegal por excesso de prazo. Explicou a Turma que a demora em casos relacionados às fraudes pela rede mundial de computadores não tem configurado ilegalidade, pois, tendo em vista a sofisticação e as muitas nuances a serem levadas em conta nos casos de delitos característicos de uma nova dinâmica social (a era da informatização), está havendo celeridade. Mostraram também os desembargadores que a manutenção da prisão é necessária nos casos em que indiciados, ao serem soltos quando da operação Cavalos de Tróia I, voltaram a cometer os mesmos ilícitos. No único pedido de *habeas corpus* concedido, os desembargadores chamaram atenção para a questão da isonomia processual, mostrando o papel secundário ocupado pelo indiciado na operação e o conseqüente tratamento dado pelo juízo de 1ª instância a outros indiciados na mesma situação. Assim, prevaleceu o princípio da isonomia processual. Outros *habeas corpus* envolvendo questões de moedas falsas, assim com clonagem de cartões, foram levados a julgamento.

Comprovada a materialidade do crime

Dando continuidade aos julgados em caráter de urgência no TRF-1ª Região, a Turma Especial de Férias voltou a se reunir no dia 31 de janeiro, em caráter extraordinário.

Com réu preso, o HC 2005.01.001167-0/RO tratou de crime de roubo e formação de quadrilha. Constatou que o paciente participou de assalto levado a efeito em uma residência em Ariquemes/RO, no qual foram subtraídos vários objetos móveis, inclusive uma arma de propriedade da União, que se encontrava na posse de uma das vítimas, delegado da Polícia Federal. Para a Desembargadora Relatora do processo, Maria do Carmo Cardoso, o caso em questão obedeceu aos critérios que ensejam a prisão cautelar, quais sejam: a garantia da ordem pública, a preservação da instrução criminal e a fiel execução da pena. Tendo já sido condenado por crime contra o patrimônio público em outra ocasião, o acusado agrediu e ameaçou com palavras e gestos a vida de uma das vítimas, fato suficiente, segundo jurisprudência dos Tribunais Superiores, para motivar o enquadramento provisório como garantia da ordem pública. Além do mais, explicou a Desembargadora que a materialidade do delito ficou demonstrada pela apreensão das armas utilizadas no crime e pelo interrogatório dos indiciados que se encontram presos temporariamente.

Dentre os julgados, houve caso de processo sigiloso, o qual, por questão de segurança e para melhor apuração dos fatos delituosos, não foi julgado com portas abertas: HC 2005.01.00.001196-5/BA.

Realizado IEF itinerante para idosos



Idosos no pátio do Lar dos Velinhos Maria de Madalena

Equipe de trabalho do Juizado – Juízas Federais Daniela Zarzar e Genèvieve Grossi Orsi, servidores da SJDF, procuradores do INSS e advogado da CEF



Juíza Daniela Zarzar em audiência com Sr. Antônio Fabião



Senhor Antônio Fabião, de 80 anos, chegou ao Lar Maria Madalena, em Brasília, há dois anos. Não recebe assistência da família, que não vê desde que saiu do Rio Grande do Norte, onde nasceu. O gosto pela poesia mistura-se agora à felicidade de poder contar com um salário-mínimo por mês. Seu Antônio foi um dos que conseguiram obter o benefício de aposentadoria por meio do Juizado Especial Federal itinerante.

Além do Sr. Antônio, mais 25 idosos da instituição foram atendidos pelo Juizado. O trabalho voluntário e gratuito contou com equipe formada por duas juízas federais, Daniela Zarzar Pereira de Melo Queiroz e Genèvieve Grossi Orsi, seis servidores, dois procuradores do INSS e um advogado da Caixa Econômica Federal.

A iniciativa de levar a Justiça ao Lar Maria Madalena teve como objetivo atender aos idosos com mais de 65 anos que não possuem renda própria e nenhum tipo de assistência. Segundo a Juíza Federal Daniela Zarzar, muitos deles têm dificuldade de se deslocar à Justiça, em busca

de seus direitos. “Foi com o objetivo de prestar assistência judiciária e atender o jurisdicionado que não pode se deslocar, que fomos imbuídos desse intuito de ir até os asilos”, explicou a juíza.

Os idosos passaram primeiro pela fase de atermação, em que servidor registra os dados da pessoa e verifica os documentos. Imediatamente, foram encaminhados a uma sala onde iam sendo realizadas as audiências. Se havia acordo entre o INSS e a parte, o benefício era concedido em menos de dez minutos, o que pelos procedimentos convencionais levaria cerca de três meses. Os idosos devem começar a receber o primeiro salário em 40 dias.

Em alguns casos, o benefício não pôde ser concedido, principalmente pela falta de documentos. “A maioria deles, quando chega aqui, não tem documento nenhum. Nós temos que ir em busca, às vezes entrar em contato com a família, quando ela existe, e isso dificulta muito”, comentou a coordenadora do asilo, Oneide Batista.

Mas, apesar disso, ela garante que vale

a pena correr atrás da documentação necessária. Na visão da coordenadora, começa agora uma nova etapa para esses idosos, que poderão viver com mais dignidade. “Com a aposentadoria, eles poderão conquistar melhorias sem depender apenas da nossa assistência”.

Esta está sendo a primeira atuação do Juizado itinerante no Distrito Federal. A próxima acontecerá em Brazlândia, cidade satélite de Brasília, entre os dias 7 e 11 de março, período em que as causas serão recebidas. Em maio (de 16 a 20), acontecerão as audiências de instrução e julgamento.

Os Itinerantes foram instituídos com a finalidade de aproximar a Justiça Federal da população. Geralmente, o cidadão não procura seus direitos por dificuldade de acesso, já que a maioria das varas federais se encontra nas capitais dos estados. Para essas pessoas, deslocar-se até esses locais demanda tempo e dinheiro. Com o Juizado itinerante, pratica-se a cidadania, levando-se a justiça a todos os cantos do País.

Espaço Literário

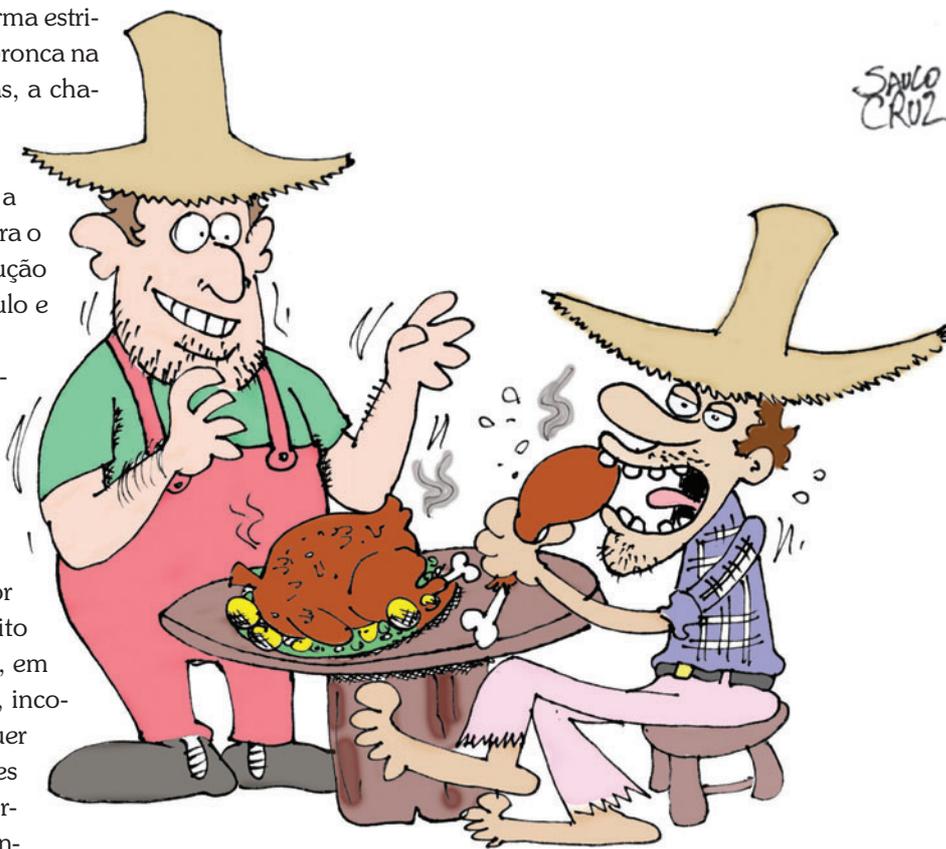
Os celulares

Chegada ao país há algum tempo, a telefonia celular, também chamada pomposamente de *telefonia móvel*, caiu no gosto do povo brasileiro. Multiplicam-se as empresas operadoras do sistema, as lojas especializadas na venda de aparelhos e as antenas retransmissoras, que na verdade têm causado reclamações das pessoas que residem em suas proximidades. No início, como é comum acontecer, por exemplo, com a indústria automobilística, as empresas derramam no mercado aparelhos saídos de linhas de montagem antigas, que já não são oferecidos em seus países de origem, por serem obsoletos. Depois, vão colocando à disposição do público aparelhos mais modernos. E assim, auferindo lucros mais uma vez. Tal fato acarreta um troca-troca de aparelhos que não tem mais fim. Virou moda, objeto de desejo do tipo *não saia de casa sem o seu!*

Contudo, tais aparelhos têm realmente uma grande utilidade. Permitem contato rápido entre as pessoas, que podem ser localizadas a qualquer hora e em qualquer lugar que estejam. Porém, o seu portador perde a privacidade, pois pode ser alcançado a qualquer momento e às vezes em situações constrangedoras. Tenho um amigo que tem um desses aparelhos, presente sabe de quem? Da mulher dele, claro. E depois do presentinho ele não tem mais sossego. Bem no meio do papo com os amigos, naquele encontro após o expediente, ele toca de forma estridente. Desligar o aparelho, nem pensar. É bronca na certa. É o famoso controle da patroa. Aliás, a chamada destes aparelhos é outro ponto que merece ser citado. São de absoluta criatividade. Outro dia pude constatar que a chamada sonora do celular de um camelô era o som de um baião, imaginem! E com a execução clássica do baião, ou seja, sanfona, triângulo e zabumba.

Mas eles têm o lado bom. Levaram o progresso a todas as camadas da sociedade. Faxineiras, pedreiros e camelôs, todos possuem um aparelho. E vocês já repararam como a faxineira fala alto, decidida, marcando a próxima faxina? Profissional liberal é assim mesmo. Autoconfiante. O pior é que todos falam sem parar no maldito aparelhinho. Dirigindo o carro, no ônibus, em qualquer lugar. E quase sempre aos gritos, incomodando a quem estiver por perto e nem quer saber de conversa alheia. Sem contar que eles tocam no cinema, no teatro, na igreja, no terreiro de macumba, em qualquer lugar. Na

Inglaterra existe lei que proíbe falar ao celular nos transportes coletivos. Aqui no Brasil não daria certo. O povo é falante, gosta de mostrar o seu mais recente aparelho cheio de luzes coloridas e falar, falar... É como diz aquela minha vizinha que se incomoda com tudo: - *Este povo fala tanto nesse tal de celular, jogando conversa fora, que está ficando de cabeça torta. Tudo com cabeça de boneco de ventríloquo.* Deixando de lado os exageros, não é tanto assim. Mas que tem gente com a cabeça caída andando por aí, tem. Será que existe tanta necessidade de falar, falar... Minha tia Bina, do alto dos seus 90 anos sempre diz: - *Vivi e criei oito filhos e nunca peguei e nem falei neste negócio...* Na verdade, o bom mesmo é o papo frente a frente, olho no olho, sentindo as emoções, sem tempo e hora para terminar. O caipira é que tem as suas razões quando diz para o seu compadre. - *Quer jogar conversa fora? Mate uma galinha bem gorda, arrume uma cachaça das boas e me convide para o almoço de domingo!* Sabedoria de jeca-tatu é isto...



José Geraldo Tavares

Servidor da Subseção de Juiz de Fora
aposentado

TRF agiliza com memorando eletrônico comunicação interna

Está em vigor no TRF-1ª Região, desde o dia 1º janeiro, a Comunicação Interna Eletrônica, sistema instituído pela portaria Presi n. 650-557, de 28.10.2004, que adota o uso do memorando eletrônico como meio oficial de comunicação interna nas unidades administrativas e nos gabinetes dos Desembargadores Federais e dos Juizes Federais das Turmas Suplementares. Essa medida visa à agilização da troca de informações e de solicitações no Tribunal, economizando recursos financeiros, materiais e humanos.

O memorando eletrônico abrange ações de rotina como encaminhamento de documentos e abordagem de assuntos de expe-

diente; dessa forma, substitui documentos como memorandos tradicionais, circulares e convites. É feito por meio do programa de redação de textos da caixa de e-mail das unidades administrativas. O acesso à caixa é exclusivo do titular da unidade, sendo este responsável pelo gerenciamento dos memorandos. Para maior controle dos documentos enviados, cada memorando eletrônico, assim como os documentos nele anexado, possui um código criado pelo PCTT – Plano de Classificação e Tabela de Temporalidade.

A unidade responsável pela criação do memorando é a Divisão de Desenvolvimento Organizacional (Didor), cuja Diretora é

Elieusa Guedes Brandão. Segundo ela, a implantação da comunicação eletrônica deve-se à tendência de modernizar os padrões de trabalho. “O uso do memorando eletrônico é importante pela maximização dos recursos eletrônicos disponíveis e para preparar as unidades para o gerenciamento eletrônico de documentos”, afirma Elieusa.

Com o objetivo de agilizar a implantação, foi realizado, no período de 16 a 19 de novembro de 2004, o curso “Capacitação Eletrônica – ferramentas para excelência”, que contou com a presença de aproximadamente 160 servidores das várias unidades do TRF-1ª Região. O próximo curso será em março e terá cerca de três turmas com 20 vagas cada.

Principais dúvidas dos usuários:

Qual é a melhor forma de arquivar os memorandos eletrônicos? No *Word* ou no próprio *Outlook*?

R: Não se deve utilizar o *Word*; o memorando deve ser digitado diretamente no *Outlook*.

Em que situação a impressão de memorandos é permitida?

R: Somente quando se destinar à inserção em um processo.

Se o memorando possuir anexos, pode-se imprimir uma via para fins de comprovação do recebimento de tais documentos?

R: Sim.

Dicas

Não é memorando:

quando precisar de justificativas, explicações;

quando o documento tiver mais de dois parágrafos;

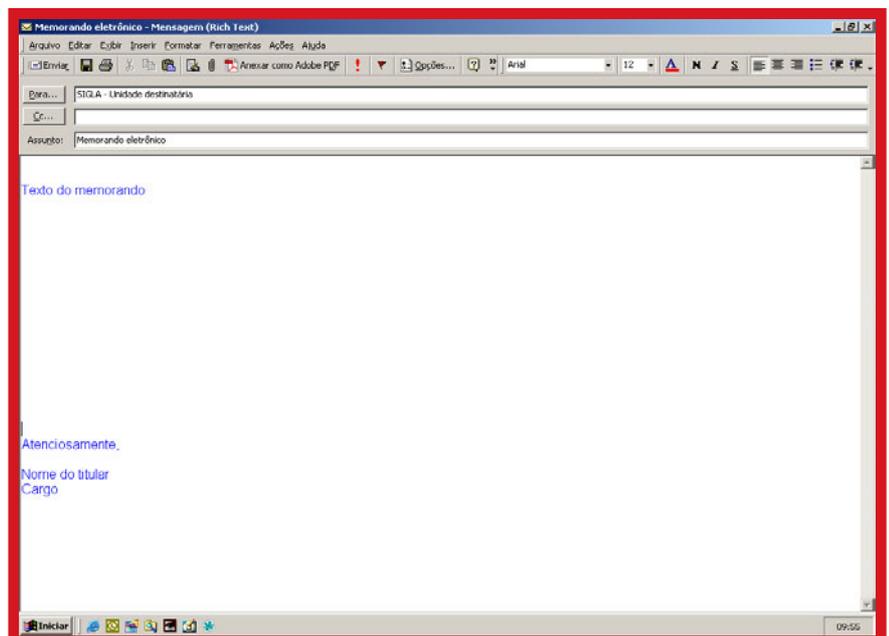
quando o assunto exigir assinatura e carimbo;

quando gerar despesas para o Tribunal.

Como usar

1. Escolha a unidade destinatária no botão PARA;
2. No campo assunto, digite o número do memorando e a descrição do assunto tratado;
3. No conteúdo do memorando, digite o código PCTT no canto superior direito;
4. Em seguida, digite o texto com o fecho (atenciosamente) e a identificação (nome e cargo).

Obs: O envio de anexos é realizado apenas no caso de encaminhamento de documentos. No caso de documento físico, sua inclusão deverá ser comunicada no próprio texto do memorando eletrônico.





Decisões do TRF-1ª Região

Preso na operação Pretorium permanece reclusa no 1º Batalhão da PM

Mantida pelo magistrado Tourinho Neto do TRF-1ª Região a decisão do Juiz de Direito da 3ª Vara Criminal da Comarca de Boa Vista de Roraima, em plantão na Vara de Execução Penal, para que Larissa Campello (esposa do presidente do TRE de Roraima) seja transferida da Penitenciária Agrícola Monte Cristo para o 1º Batalhão da Polícia Militar.

Decretada a prisão temporária de Larissa, o Juiz Federal da 1ª Vara da Seção Judiciária de Roraima determinou que a paciente fosse recolhida na penitenciária Agrícola Monte Cristo.

A defesa apresentou alegações, que foram acolhidas pelo despacho do Juiz de Direito da Vara Criminal de Roraima, no sentido de que a paciente estaria a correr alto risco de vida em uma penitenciária estadual que guarda criminosos de alta periculosidade. Acrescentada ao fato estaria a questão da condição da acusada em particular – mulher de juiz que já atuou em vara criminal, representando alvo em potencial de vinganças de presos que ali se encontram. Além disso, a acusada possui curso superior, o que, por lei, lhe garante direito a recolhimento em quartéis ou a prisão especial antes da condenação definitiva.

Assim, o magistrado do TRF-1ª Região acolheu na íntegra o despacho do juiz de direito; na ocasião, de plantão na Vara de Execução Penal.

Proprietário não precisa pagar ITR sobre área de preservação permanente

Concedido pela 8ª Turma do TRF-1ª Região o direito de não-pagamento pelo proprietário de terra rural do débito relativo a lançamento complementar do Imposto Territorial Rural (ITR), por ser esta parte da propriedade rural tida como área de preservação permanente e reserva legal. A obrigatoriedade para pagamento complementar do débito surgiu depois de o proprietário não ter apresentado, quando intimado pela Fazenda Pública, Ato Declaratório Ambiental do Ibama (ADA) relativo à área de preservação permanente.

Explicou a relatora do processo no TRF, Desembargadora Federal Maria do Carmo Cardoso, que para o cálculo do ITR deve constar a área total do imóvel, excluídas, entre outras, as áreas consideradas de preservação permanente. Em acréscimo, ressaltou a relatora a existência de dois tipos de áreas de preservação permanente: por lei, um tipo necessita de reconhecimento do Órgão Ambiental; e o outro, não, sendo este último a hipótese dos autos em questão.

Assim, a Desembargadora Federal considerou ilegal a exigência quanto à apresentação do Ato Declaratório para comprovar toda e qualquer área de preservação permanente e reserva legal, como se a exigência fosse generalizada.

AMS2002.38.00.052469-0/MG

Princípio da moralidade deve prevalecer para nomeação de cargos públicos em comissão

Publicado acórdão da 2ª Turma Suplementar do TRF1ª Região que trata da questão da ocupação de cargo público de confiança na administração direta pela filha do Presidente da República à época, Fernando Henrique Cardoso. O TRF confirmou a decisão proferida pela 1ª instância para anular o ato de nomeação que foi considerado contrário ao princípio da moralidade. Segundo a decisão, indispensável é o princípio da moralidade para fins de nomeação de cargos em comissão. Explicou o magistrado do TRF que “de fato, não é o Presidente que está formalmente nomeando sua filha, todavia, a filha do Presidente é nomeada Adjunta da Secretaria Geral da Presidência e, obviamente, prestará assessoria a seu pai adjuntamente com o Secretário Geral”. O TRF também concordou com a sentença de 1º grau, mantendo-se em desfavor do pedido de restituição ao erário das parcelas recebidas pela nomeada para o cargo de Adjunto da Secretária Geral da Presidência da República. De acordo com o entendimento dos magistrados, o “ordenamento jurídico repugna a prestação de serviço de modo gracioso, o que gera o enriquecimento ilícito (...) em tese, não houve prejuízo ao erário”.

AC 1999.01.00.040000-7/DF



Desembargadora Federal Maria do Carmo utiliza o notebook em sessão da 2ª Turma Suplementar

Tribunal informatiza sessões de julgamento

A tecnologia a serviço da boa prestação jurisdicional. Mais uma vez o TRF/1ª Região investe em equipamentos modernos para aperfeiçoar o trabalho dos magistrados. O mais novo projeto tecnológico é a utilização de notebooks pelos desembargadores federais nas sessões de julgamento do Tribunal.

Os equipamentos proporcionam o acesso rápido aos dados processuais e aos votos do magistrado, além da realização de consultas jurisprudenciais. Um software denominado *Net Meeting* possibilita o con-

tato direto do desembargador federal com o seu assessor no gabinete durante as sessões.

Outra vantagem no uso do notebooks está no fato de que, por se tratar de uma máquina portátil e mais leve, sua mobilidade é muito grande se comparada a de um microcomputador normal. Desta forma, os desembargadores federais poderão utilizá-lo sempre que for necessário obter informações, digitar votos, despachos ou fazer planilha eletrônica, em qualquer lugar, a qualquer hora. O equipamento dispõe de uma bateria recarregável que permite o uso ininterrupto por muitas horas e pode ser utilizado, inclusive, em viagens.

O servidor da Secretaria de Informática, Eugênio Freire Garcia, acredita que os notebooks são ferramentas essenciais nas sessões de julgamento, pois “em um futuro muito próximo, os processos serão todos digitalizados”, completa.

Julgadas cobranças do INSS sobre décimo terceiro salário

Audiência pública conjunta é iniciativa pioneira dos Juizados Federais de Brasília

No dia 31 de janeiro, os juízes que atuam nos Juizados Especiais Federais do DF realizaram audiência pública conjunta para julgar 13.100 processos relativos à cobrança em separado da contribuição do INSS sobre o décimo terceiro e o salário de dezembro. Os trabalhadores esperavam receber a restituição pelo pagamento indevido nos últimos dez anos. No entanto, os juízes entenderam que o pedido é improcedente, já que existe lei que torna lícita a cobrança. Participaram da audiência os Juízes Federais Nazareno César Moreira, Daniela Zarzar e Marcelo Rebello.

A Juíza Federal Daniela Zarzar explicou que as ações ainda não distribuídas e os pedidos que vierem a ser ajuizados no JEF receberão o mesmo destino das ações julgadas nessa audiência, ou seja, a extinção com a análise do mérito.

O procedimento de audiência conjunta é uma iniciativa pioneira dos Juizados Especiais Federais do DF, possibilitando mais rapidez nos julgamentos das ações. Pelo método tradicional, o processo é distribuído e separado de acordo com o juiz competente; já com esse novo procedimento, não existe a separação dos processos, uma vez que a decisão é a mesma. Para a Juíza Daniela Zarzar, o objetivo principal da audiência conjunta é demonstrar a uniformidade de entendimento no JEF do DF, além de “agilizar o trâmite processual, dando mais celeridade ao andamento processual”.

Para que a audiência pudesse ser realizada, os servidores das varas do Juizado e outros servidores da Seção Judiciária do DF trabalharam durante dois sábados, no mês de janeiro, para numerar, encapar e cadastrar os processos, que já somam mais de 50 mil, ajuizados desde outubro do ano passado.

Em dezembro, os Juizados já haviam realizado uma primeira audiência conjunta, que extinguiu cerca de 1.200 processos sem análise do mérito, já que não atendiam aos requisitos necessários para o pedido.



Juízes do JEF julgam mais de 13.100 processos em única audiência pública

**Amapá****Aniversários do bimestre**

Prevista na programação do PGQVT/AP, a confraternização em comemoração dos aniversários dos servidores é programada para acontecer bimestralmente. No dia 22 de fevereiro foi realizada a primeira comemoração de 2005, num clima de muita harmonia e descontração. A mensagem feita pela servidora Maria de Fátima Alfaia (PGQVT/AP) deixou a todos muito emocionados. Assim finalizava: “...porque aniversário é um elo entre hoje e o passado, lembrando a todos nós de guardar essas alegrias verdadeiras que vão durar a vida inteira”. Os próprios servidores forneceram o lanche, favorecendo o fortalecimento do evento e democratizando a atividade, coordenada pela equipe do PGQVT/AP. A montagem da mesa compete, em cada bimestre, a uma das secretarias. Os aniversariantes dos primeiros meses foram Maria Zely (1º/01), Marineide (02/01), Erenilda (03/01 – servidora inativa), Maia do Céu (03/01 – inativa), Graciete (08/01), Raniere (09/01), Soraya (12/01), Aduino (15/01), Laodicéia (16/01), Darci (19/01 – inativa), Marcelino (24/01 – inativo), Dilce (24/01), Grott (27/01), Simone Macedo (11/02), Luiz Sérgio (14/02), Célia (17/02), Marinaldo (18/02), Lusdênia (20/02) e Emanuel Vaz (27/02).

Bahia**Presidente do TRF-1ª Região visita instalações da Justiça Federal no NAJ**

O Presidente do Tribunal Regional Federal da 1ª Região, Desembargador Federal Aloísio Palmeira Lima, e a Diretora do Foro da Seção Judiciária da Bahia, Juíza Federal Mônica Aguiar, visitaram o posto de atendimento da Justiça Federal no Núcleo de Atendimento Judiciário (NAJ), no shopping Baixa dos Sapateiros, em Salvador, onde funciona o serviço de atermações dos Juizados Especiais Federais.

Eles foram recebidos pela coordenadora dos serviços da Justiça Federal naquele núcleo, Ondina Lau, que apresentou um relatório das atividades ali desenvolvidas, inclusive com dados estatísticos sobre número de atendimentos mensais e sugestões para melhoria dos serviços prestados.

Entre os pleitos apresentados aos visitantes, está a adoção de um quadro fixo de servidores, de modo a evitar rotatividade e obrigação de constantes treinamentos. O Presidente mostrou-se satisfeito com o alto nível de compromisso dos servidores que atuam naquele posto.

Maranhão**JEF do Maranhão intima pelo rádio**

foto: Secos/MA



Juiz Coordenador do Juizado Federal da Seção Judiciária do Maranhão, Nelson Loureiro dos Santos

O Juizado Especial Federal da Seção Judiciária do Maranhão está adotando um procedimento alternativo para conseguir intimar os requerentes que residem em área de difícil acesso ou que não dispõem de serviço dos correios. Trata-se da intimação via rádio, uma inovação introduzida na Justiça Federal do Maranhão pelo Juiz Federal Nelson Loureiro dos Santos, coordenador do Juizado.

A experiência de realizar intimações pelo rádio, iniciada em dezembro de 2004, aponta para um grande sucesso, uma vez que tem contado com a colaboração dos administradores das rádios, entre as quais a Rádio Difusora, de Barra do Corda, e a Rádio Educadora, de São Luís, que divulgam a intimação como um serviço de utilidade pública.

A idéia é a realização de convênios entre a Justiça Federal e emissoras de rádio da capital e do interior e a divulgação das intimações no maior número possível dessas emissoras, dando-se conhecimento aos interessados da data e do horário das audiências ou das perícias médicas.

— Mato Grosso —

Diretor do Foro de Mato Grosso faz inspeção na obra da nova sede

O Juiz Federal Julier Sebastião da Silva, a Diretora do Núcleo Administrativo, Maria Célia, e a servidora Vânia Fernandes, que é supervisora da Semad e acompanha a construção da obra da nova sede da Seccional de Mato Grosso, estiveram realizando visita de inspeção.

A obra, que já foi executada em 50% , está em fase de acabamento da parte interna. A empreiteira comprometeu-se a entregar o prédio no final de 2005.

O atual Diretor do Foro mato-grossense visita a obra semanalmente, para acompanhar os trabalhos.

foto: Almerinda Barros



Juiz Federal Julier Sebastião, Diretor do Foro; Maria Célia, Diretora do Nucad; e servidora Vânia, supervisora da Semad e arquiteta que acompanha o desenvolvimento da obra; em companhia dos engenheiros responsáveis pela construção.

— Roraima —

Justiça e Aeronáutica estabelecem parceria

A Seção Judiciária de Roraima e a Base Aérea de Boa Vista acertaram parceria de apoio às atividades judiciárias dos Juizados Especiais Federais itinerantes. O acordo firmou-se verbalmente entre o coordenador dos JEFs em Roraima, Juiz Federal Grigório Carlos dos Santos, e o então comandante daquela unidade militar, Tenente-Coronel Aviador Ednei de Souza Nunes, por ocasião da entrega do título de “Amigo da Base Aérea”, concedido ao magistrado. O primeiro voo ocorrerá no mês de abril, quando será instalado o JEF itinerante de Santa Maria do Boiaçu, localidade situada ao sul do estado, em região inóspita, onde o acesso é feito somente por barco ou avião. Um monomotor *caravan*, com capacidade para oito passageiros e pequena carga, transportará a equipe da Justiça Federal à região.

foto: Fernando Quintella



No dia da homenagem, o acerto da parceria

— Piauí —

Justiça Federal confraterniza-se com os prestadores de serviço

Magistrados e servidores da Seção do Piauí, com o apoio do PGQVT, não esqueceram os prestadores de serviço e realizaram uma confraternização natalina como forma de agradecimento ao esforço e à dedicação dispensados durante o ano de 2004.

Na ocasião, o Diretor do Foro em exercício, Juiz Federal Marcio Braga Magalhães, agradeceu a todos pela contribuição nos incansáveis serviços prestados nas áreas de segurança, vigilância, limpeza e manutenção do edifício-sede, propiciando a magistrados e servidores um ambiente seguro e saudável, o que contribui para se ter melhor qualidade de vida no trabalho.



Minas Gerais

Minas Gerais: videoconferência substitui carta rogatória em processo

foto: Ana Clédia Zorzal Moreira



Juiz Federal Substituto Carlos Henrique Borlido Haddad e a assessora Márcia: audiência com depoimento virtual

Com uma linha de internet banda larga, uma *webcam* barata, um microfone e um programa de comunicação informatizada simples, o juiz substituto da 3ª Vara Federal da Seção Judiciária de Minas Gerais, Carlos Henrique Borlido Haddad, conseguiu reduzir em cerca de oito meses o tempo de tramitação de um processo, ao substituir a tradicional carta rogatória pelo uso do sistema de videoconferência para obtenção de depoimentos. No dia 22 de fevereiro, o magistrado decidiu ouvir uma das partes de um processo que corre na 3ª Vara Federal de Minas Gerais em segredo de justiça.

Foi a primeira vez que tal mecanismo foi utilizado na Seccional. O juiz Haddad comentou a iniciativa: “Eu achava que era importante ouvir uma das partes – que estava nos EUA – como forma de fazer uma prova, um elemento de convicção importante ou até uma tentativa de acordo. A hipótese legal, prevista, seria uma carta rogatória que teria que passar até pelo Supremo Tribunal Federal para ser cumprida nos EUA

(*exequatur*). Isso demoraria meses. Hoje nós temos uma tecnologia que é subutilizada pela Justiça, apesar de ser um dispositivo simples. Utilizamos uma linha emprestada de internet de banda larga, um *software* próprio (*MSN Messenger*) e um microfone e adaptamos os computadores da Justiça a uma pequena câmera (*webcam*). A parte residente nos EUA também dispunha de um mecanismo similar. Com a ajuda de um intérprete e esse sistema, foi possível então fazer essa conversação durante a audiência”.

Inovação e colaboração

O apoio da Ajufe/MG – Associação dos Juizes Federais em Minas Gerais, sob a forma de empréstimo da linha de internet banda larga, foi fundamental para a realização da videoconferência, assim como o trabalho da área de informática da Seccional, que configurou os equipamentos e garantiu a transmissão.

Rondônia

Servidores conhecem Madeira-Mamoré

Foto: Marcos Campana



Servidores na frente da locomotiva da EFMM

Um grupo de servidores da Seção Judiciária de Rondônia - da 1ª e da 3ª Vara e da administração - e terceirizados, aproveitando os holofotes direcionados à lendária estrada de ferro Madeira-Mamoré por causa da apresentação da minissérie *Mad Maria*, resolveu conhecer o trecho de sete quilômetros que vai de Porto Velho à Cachoeira de Santo Antônio. O passeio foi no domingo, 6 de fevereiro, com início às 8h30 e chegada às 10 horas, após percorrerem trilhos e trechos alagados por causa do período invernos, nesta época do ano, na Amazônia. Após um lanche, levado de carro pela equipe de apoio, os aventureiros retornaram, às 11 horas. Novas excursões histórico-ecológicas estão sendo programadas.

Uberlândia/MG

foto: Carlos Humberto Christiano

Despedida da Juíza Federal Substituta Lana Lígia Galati

Em reconhecimento e gratidão pelos relevantes serviços prestados na Subseção Judiciária de Uberlândia/MG, a 3ª Vara Federal prestou homenagem à Juíza Federal Lana Lígia Galati, que se despedia como juíza federal substituta para assumir, no dia 09 de fevereiro, a titularidade em Belém/PA. A confraternização ocorreu no dia 04, na sala de audiências da terceira vara, e contou com a participação da Diretora da Secretaria e servidores da vara, e dos servidores do juizado especial por que a magistrada respondia desde a instalação, em 23/11/2004. Na ocasião foi proferido discurso pela Diretora Rosenélia, que agradeceu a atuação profícua da magistrada. Em seguida foi ofertada à Juíza Federal por todos os presentes uma jóia.



Juíza Federal Lana Lígia e servidores na despedida da magistrada

Ato de solidariedade

Foto: Christiano



Funcionários recebem cestas doadas pelos servidores da Subseção Judiciária de Uberlândia

Solidários com os funcionários da empresa Múltipla Prestação de Serviços, que tiveram atraso do pagamento do salário de dezembro/2004, 13º salário e de janeiro/2005, os magistrados, diretores de secretaria e servidores da Subseção e Procuradoria da República em Uberlândia não mediram esforços para doar dinheiro e mantimentos para o fornecimento de cestas básicas aos prestadores de serviços, grande parte possuidora de famílias numerosas, que se viram privadas de recursos financeiros no Natal e na passagem do ano. Ainda enfrentaram cortes de energia elétrica, falta de passe para os traslados residência-trabalho e dificuldade de aquisição de material escolar para os filhos. Inúmeros foram os esforços da Subseção junto à Seção Judiciária de Minas Gerais para solucionar o problema salarial, e, mesmo sem estrutura adequada, toda a folha de pagamento dos meses de janeiro, fevereiro e do 13º salário foram confeccionadas.

A iniciativa dos servidores comoveu os funcionários de tal forma, que diversos foram os agradecimentos dirigidos aos doadores, por telefone ou pessoalmente, nas varas, com cartazes ou em abordagens.

Balanco das atividades do JEF em Uberlândia

O Juizado Especial Federal instalado na Subseção Judiciária de Uberlândia/MG em 23 de novembro de 2004 está funcionando com quadro composto de três servidoras da Justiça Federal, oito servidores da Prefeitura Municipal de Uberlândia (PMU), sete estagiários remunerados e alguns voluntários. Com a saída da Juíza Federal Substituta Lígia Lana, que assumiu a titularidade em Belém/PA, os juizes coordenadores da Subseção, Alexandre Jorge Fontes Laranjeira e Lincoln Rodrigues de Faria, têm-se revezado nas atribuições relativas às varas federais onde atuam, à coordenação da Subseção e ao JEF.

O Boletim estatístico do JEF de Uberlândia/MG referente ao período de 23 de novembro de 2004 a 24 de fevereiro de 2005 apresenta os seguintes dados: 2197 processos distribuídos, sendo que em tramitação existem 2182. O número de sentenças proferidas no período de 07 de janeiro de 2005 a 04 de fevereiro de 2005 foi 486; houve 47 decisões interlocutórias, 604 despachos, 108 processos conclusos para despacho, 07 conclusos para decisão e 86 processos conclusos para sentença. Já no período de 1º a 28 de fevereiro, houve 295 sentenças proferidas, 14 decisões interlocutórias, 658 despachos, 220 processos conclusos para despacho e 154 conclusos para sentença.



Servidores empossados



No dia 17 de janeiro, o Presidente em exercício Mário César Ribeiro empossou, no Gabinete da Vice-Presidência, o servidor Gilson Nunes Pita Filho no cargo de Chefe da Assessoria da Desembargadora Federal Neuza Maria Alves.

Estiveram presentes à solenidade o Diretor-Geral do Tribunal, Rubens Murga, e o Diretor da Secretaria de Recursos Humanos, Alex Amorim. O Presidente em exercício parabenizou o empossado, desejando-lhe êxito no desempenho das novas funções.

O Presidente em exercício Mário César Ribeiro empossou, também, a servidora Aparecida Neves Mota Andrade no cargo de Analista Judiciário, no dia 25 de janeiro. Na ocasião, o Presidente desejou à empossada a concretização das aspirações profissionais. Compareceram à Vice-Presidência dirigentes e servidores do Tribunal.

A servidora Carmen Dolores Freire Ramos de Castro foi empossada no dia 1º de fevereiro, no cargo de Chefe de Gabinete da Desembargadora Federal Neuza Maria Alves. O Presidente Aloísio Palmeira destacou a importância da experiência para o enriquecimento do currículo da empossada e desejou que o novo desafio seja coroado com pleno êxito.

Na oportunidade, a Desembargadora Federal Neuza Maria Alves ressaltou o grande serviço prestado pela servidora nas Justiças estadual e federal da Bahia.

Também estiveram presentes ao evento o Juiz Federal Marcos Augusto Sousa, dirigentes, familiares e amigos da servidora.

O Presidente Aloísio Palmeira empossou a servidora Noêmia da Silva Veloso Paim no cargo de Assessor Judiciário da Desembargadora Federal Neuza Maria Alves. Na oportunidade, o Presidente desejou pleno êxito à nova empossada.

A solenidade, realizada em 03 de fevereiro, no gabinete da Presidência, contou com a presença do Secretário-Geral Paulo Cardoso e do Diretor da Secretaria de Recursos Humanos em exercício, José Carlos Viana.

No dia 21 de fevereiro, o Presidente Aloísio Palmeira empossou três servidores: Antônio Róger Pereira de Aguiar e Fábio Augusto Neiva de Lima, nos cargos de Assessor Judiciário e de Chefe de Gabinete do Desembargador Federal Fagundes de Deus, respectivamente, e Rogério Cândido Ribeiro, no cargo de Chefe da Assessoria do Gabinete do Desembargador Federal João Batista Moreira.

O Diretor-Geral Rubens Murga, o Secretário-Geral Paulo Cardoso e o Diretor da Secretaria de Recursos Humanos, Alex Amorim, compareceram ao evento na Presidência.



De cima para baixo:

O servidor Gilson Nunes assina o termo de posse; a empossada Aparecida Neves ladeada pelo Presidente em exercício, Mário César Ribeiro, e por dirigentes do Tribunal; a servidora Carmem Dolores, o Presidente Aloísio Palmeira e a Desembargadora Federal Neuza Maria Alves

Ao lado:

O Presidente Aloísio Palmeira e a servidora Noêmia Paim; os servidores empossados, autoridades e dirigentes do Tribunal



Justiça examina suspeitos de crime internacional de entorpecentes

O processo examina indícios de traficância internacional de substâncias entorpecentes levantados por meio de escutas telefônicas de quatro pessoas do DF.

O Ministério Público requereu prisão temporária e, subsidiariamente, prisão preventiva dos suspeitos em função da garantia da ordem pública, da instrução processual e da aplicação da lei penal, diante da possibilidade de destruição de provas, coação de testemunhas e evasão, esta em face do poderio econômico, além de repercussão na saúde pública.

Requereu igualmente concessão do pedido de busca e apreensão.

O juízo da 12ª Vara Federal do DF, Ronaldo Desterro, deferiu a diligência de busca e apreensão e determinou o recolhimento de todos os mandados de prisão temporária expedidos por ordem da Justiça do Distrito Federal. O juiz também decretou de ofício a prisão de um dos suspeitos, Michelle Tocci, por conduta que caracterizou fuga. Michelle viajava de São Paulo para Brasília quando desceu em plena rodovia e não mais foi encontrado.

Processo 2005.34.00.004050-3



Permitida alteração na jornada diária de cargo público de médico

Concedida liminar para que se altere o número de horas de jornada de trabalho que consta em edital para provimento de cargo público de médico. No edital constavam oito horas de jornada diária, mas o Sindicato dos Médicos do Distrito Federal pediu ajuste do texto à Lei nº 9.436/97, que fixa para esses profissionais jornada de quatro horas diárias, permitindo que se opte por estender a jornada por igual período.

Alegou o representante da classe que, se mantida a jornada de oito horas, isso prejudicaria os profissionais que têm compromisso para o período de tempo restante, o que foi acatado na decisão do Juiz Federal da 9ª Vara do DF, Antônio Corrêa.

Processo 2005.34.00.005450-1

DF

Município deverá continuar a distribuir e implantar o “DIU”

O Juiz Federal da 6ª Vara de Goiás determinou ao Município de Anápolis que não se oponha à política nacional de planejamento familiar de responsabilidade da União, principalmente no que diz respeito ao DIU (Dispositivo Intra-Uterino).

A polêmica teve início quando o Município recusou receber do Ministério da Saúde o contraceptivo DIU, devolvendo todas as unidades que lhe foram entregues.

A União recorreu à justiça sob o argumento de que a atitude do Município impedira a plena execução da política nacional de planejamento familiar e que caracterizara um desrespeito à legislação federal. Em defesa, o Município alegou não distribuir o DIU por manter programas estruturados de planejamento familiar, nos quais se compreendiam outros métodos contraceptivos.

Em sua decisão, o Juiz diz que dispositivo municipal não pode contrariar legislação federal já existente, e explicou ser a União a responsável pela propositura e implantação da política geral de saúde. Completou o magistrado que o Município nem mesmo apresentou referência científica em desfavor do DIU, restringindo-se a comentários de literatura descomprometida.

Processo 2004.18793-2



GOIÁS



Saúde bucal

O Setor de Odontologia deste Tribunal esteve em campanha de prevenção odontológica, durante todo o mês de fevereiro, para adolescentes dependentes de 13 a 18 anos. O objetivo da campanha é melhorar a qualidade da higienização.

A idéia surgiu do bom resultado de outro programa, criado há mais de dez anos, o Prodentinho, que atende crianças de até 12 anos.

“Como o atendimento era direcionado às crianças até 12 anos, os pais começaram a solicitar que ele fosse estendido aos dependentes de 13 a 18 anos. Decidimos, então, realizar um programa para atender a todas as categorias, incluindo os adultos”, diz a servidora Kátia Pires, da Seção de Assistência Odontológica (Setdon).

O Setor de Odontologia conta com quatro odontólogos, dois na parte da manhã e dois no horário da tarde.

Programação do atendimento odontológico para 2005

- Primeira infância: março, abril, maio, setembro, outubro e novembro;
- adolescentes: fevereiro e agosto;
- adultos: janeiro e dezembro.

Juizados virtuais

Maior contato com a população

Na recepção ao público dos Juizados Especiais Federais da Seção Judiciária do Distrito Federal, Egídia Maria, de 56 anos, aguarda seu atendimento. “Espero que seja atendida logo e que o andamento do meu processo seja rápido”, diz. Ela está entre centenas de cidadãos que recorrem todos os dias à Justiça Federal e cujos processos entram em tramitação por meio de um sistema virtual.

Instalado em junho de 2003, na Seção Judiciária do Distrito Federal, o JEF Virtual elimina o processo “físico” no âmbito dos Juizados Especiais Federais. Foi criado com o intuito de agilizar e modernizar a prestação jurisdicional. Desde então, o sistema foi implantado em nove seções judiciárias da 1ª Região: Acre, Amapá, Amazonas, Pará, Rondônia, Roraima, Tocantins, Mato Grosso, Piauí. Em 2005, segundo a Presidência e a Coordenação dos Juizados Federais (Cojef), as seccionais da Bahia, Minas Gerais e Goiás serão as próximas a recebê-lo.

Uma estatística que prova a ascensão da procura popular aos juizados vem da seccional do DF:

50% dos processos que lá tramitam são da competência dos JEFs. Isso se dá pela reformulação organizacional causada pelo sistema virtual. Já no primeiro contato, a parte cadastra a petição inicial, e os documentos são escaneados no protocolo. O processo é autuado e distribuído na secretaria da vara. Outro procedimento que simplifica a tramitação processual é a utilização de caixas virtuais, que são gerenciadas cada uma por um servidor da vara e padronizam os processos, o que possibilita, por exemplo, anexar um documento a dezenas de processos ao mesmo tempo.

Para o Juiz Federal Flávio Dino, um dos idealizadores do projeto e responsável pela instalação do sistema na Seção Judiciária do Distrito Federal, as principais virtudes do JEF Virtual são a acessibilidade e transparência, pelo fato de o cidadão ter acesso a qualquer tipo de informação sobre seu processo, e a melhora nos procedimentos cartorários, em virtude da eliminação do papel. Porém indica “lições” que foram aprendidas após a primeira experiência na seccional do DF. “Pelo fato da tramitação do processo, no Juizado Virtual, ser muito rápida, os juízes têm uma demanda muito maior”, afirma. Ressalta, ainda, que o modelo do JEF Virtual faz uma “aliança perfeita” com os procedimentos adotados nas varas comuns.



Juizados Especiais Federais
A Justiça de todos



Requerimentos da Ajufer

O Desembargador Federal Daniel Paes Ribeiro é o relator do requerimento da Associação dos Juizes Federais da 1ª Região (Ajufer) a respeito da promoção de juizes federais substitutos. A associação pleiteia que seja feita a promoção antes da instalação das novas varas federais. A distribuição do requerimento foi determinada pelo Presidente do TRF da 1ª Região, Desembargador Federal Aloísio Palmeira, após encontro com a Presidente da Ajufer no dia 14 de fevereiro. Os dois se reuniram na sede do TRF em Brasília.

A Ajufer também apresentou requerimento ao TRF sugerindo a redefinição da competência das varas federais de 1ª instância, no âmbito da 1ª Região. A Associação indicou uma comissão de juizes federais para estudar a matéria junto ao Tribunal.

Em pesquisa realizada recentemente na rede interna da Ajufer (extranet), 80% dos associados que votaram mostraram-se favoráveis à especialização das varas.



Bem-me-querô

Informativo do Programa de Gestão em Qualidade de Vida e Trabalho da 1ª Região

Halitose

Se você sofre do problema, não se angustie. O mal tem cura e é mais comum do que se imagina: aproximadamente 50 milhões de brasileiros têm halitose.



Cerca de 60% de toda a população mundial tem ou teve mau hálito. Hoje já conhecemos milhares de possíveis causas que podem levar uma pessoa a ter um hálito desagradável. É comum existirem três ou mais causas do problema na mesma pessoa. As mais comuns são a redução do fluxo salivar e a descamação epitelial da mucosa oral, que normalmente está associada a alguma outra causa. A maioria das pessoas que sofrem de halitose não sabe que é portadora do problema, devido a fadiga do bulbo olfativo. Isso significa que o sistema nervoso central, que recebe as informações do olfato, deixa de reconhecer o mau cheiro a partir do momento em que o nariz se impregna dos odores. De maneira prática, podemos explicar a formação do mau hálito, através da saburra lingual, pois a saburra normalmente está presente em mais de 90% dos casos de halitose.

Saburra lingual

“A saburra lingual é uma massa bacteriana, formada por células epiteliais descamadas, proteínas salivares e restos protéicos alimentares, que servirão de substrato alimentar às bactérias presentes. Ao final do metabolismo bacteriano, são produzidos compostos de odor ruim, que chamamos de Compostos Sulfurados Voláteis (CSVs).”

Dicas gerais para um hálito agradável

- Visite o dentista regularmente
- Realize uma boa higiene bucal, incluindo a limpeza da língua
- Não utilize soluções para bochecho que contenham álcool em sua fórmula. O álcool resseca ainda mais a boca, diminuindo a saliva
- Beba pelo menos dois litros de água por dia
- Tenha sempre uma dieta balanceada, incluindo alimentos fibrosos
- Faça pequenas refeições a cada período de três a quatro horas, pois ficar muito tempo em jejum pode comprometer seu hálito.
- Evite o consumo excessivo de alimentos de odor carregado (alho, cebola, café, gorduras, frituras, bebidas alcoólicas, cigarro...)
- Controle seu estresse.

Agravantes da halitose:

Estresse

Esse estado provoca uma liberação excessiva de adrenalina no organismo. É um neurotransmissor que inibe a glândula salivar e, por isso, a produção de saliva torna-se limitada.

Estômago

Em raríssimos casos, a halitose tem a ver com o estômago. Isso pode acontecer se, por exemplo, o órgão for acometido por um câncer maligno.

Dentes cariados

Podem provocar halitose quando a cárie atinge o nervo, inflama e aumenta concentração de bactérias na boca.

Hábitos alimentares

As comidas de *fast food*, cada dia mais pastosas, industrializadas e menos fibrosas, não contribuem para a auto-higiene bucal. As fibras e comidas mais sólidas provocam maior atrito na língua e conseguem retirar parte da saburra.

Causas endógenas

Por exemplo: o alho e a cebola contêm substâncias voláteis malcheirosas que entram na corrente sanguínea, vão para o pulmão e são exaladas pelo nariz e pela boca.



dicas CULTURAIS

· **Livro: *As Boas Mulheres da China***

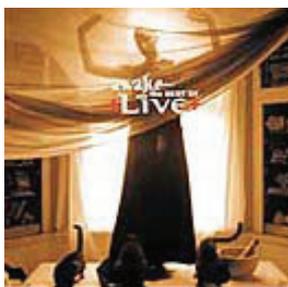
- Autora: Xinran
- Editora: Companhia das Letras

Sinopse:

A autora desta obra, Xinran, ficou conhecida como a jornalista que “ergueu o véu das mulheres chinesas”, graças a seu programa de rádio *Palavras na brisa noturna*, em que ouvintes relatavam casos de violência e de sofrimento. Durante os oito anos em que comandou o programa, entre 1989 e 1997, a jornalista coletou inúmeros relatos sobre a vida da mulher chinesa contemporânea. Em “*As Boas Mulheres da China*”, Xinran narra experiências de suas entrevistadas ao mesmo tempo em que conta a própria história, também marcada pelo preconceito e pela opressão.

· **CD: *Awake The Best of Live***

- Grupo: Live
- Gênero: Rock Internacional
- Gravadora: Universal Music

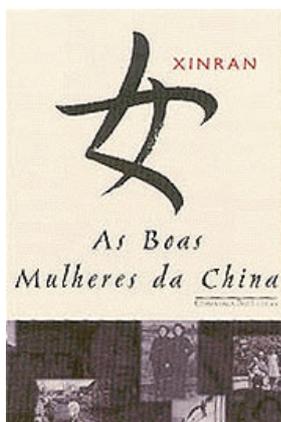


Sinopse:

A indicação de CD desta edição é na verdade duas em uma. *Awake The Best of Live* é a coletânea que há muito tempo os fãs da banda Live estão esperando. Além de reunir todos os hits do Live a obra inclui também um DVD. Quem acompanha o trabalho desta banda percebe que ela está sempre aberta a mudanças. Já experimentou o *pop*, as raízes autênticas do *rock and roll*, um som mais pesado, e até mesmo, músicas sobre a natureza. A última aparição do Live no Brasil foi em 2003. A banda apresentou-se no Brasília Music Festival (BMF), que reuniu bandas nacionais e internacionais durante três dias, no autódromo Nelson Piquet, em Brasília.

· **Site: www.saudeemmovimento.com.br**

As festas de fim de ano já passaram. O carnaval já foi festejado. E a Páscoa já deixou seus vestígios de gordura com os deliciosos ovos de chocolate. Pronto! Você já abusou em tudo que tinha direito. Finalmente chega a hora de colocar em prática as promessas feitas na virada do ano em relação ao seu corpo, à sua saúde. Emagrecer, começar a praticar exercícios, procurar uma academia ou, simplesmente, dar atenção maior à saúde são as promessas mais populares. E foi pensando em ajudar você a começar bem o ano de 2005 que a dica de *site* desta edição é o Saúde em Movimento. A *home page* oferece busca de academias, avaliações físicas *online*, calculadora de gasto calórico, artigos e muito mais. Acesse o *site* e aproveite para melhorar sua qualidade de vida. Ainda está em tempo.

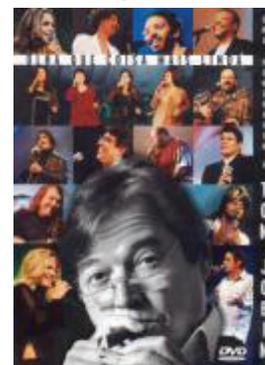


· **Vídeo e DVD: *Olha que coisa mais linda – Uma homenagem a Tom Jobim***

- Gênero: Musical/ MPB

Sinopse:

Artistas de várias gerações e estilos da música brasileira reúnem-se para prestar homenagem ao compositor e maestro Tom Jobim. No repertório estão 15 canções conhecidas do grande público, selecionadas do vasto repertório do maestro. O *show* de homenagem é emocionante. Vale a pena conferir! Entre os músicos convidados estão Daniela Mercury, Paulinho Moska, João Bosco, Quarteto em Cy, Paula Toller, Lenine, Ed Mota, Carlinhos Brown e Ivan Lins.



Teste seus conhecimentos

Por Márcia Murça Barroso

Marque a frase adequadamente pontuada:

- Os magistrados consideraram que em certos momentos do testemunho, houve contradição.
- O evento que seria realizado amanhã, no edifício Anexo foi cancelado.
- A facilitadora oferecerá a mesma oficina amanhã, dia 26, das 14h às 17h e nos dias 3 e 4 de março, das 9h às 12h.
- O magistrado ainda tomou posse, em 1998, em mais dois órgãos.
- A folha de pagamento, relativa ao mês de fevereiro, já está disponível para consulta.

Resposta: d

Secretaria de Programas e Benefícios Sociais - SECBE

Quadro II

Aplicação dos Recursos do Pro-Social por Benefícios (Dados até 30/11/04)

Benefícios	Valor		
	União	Recursos Próprios	Total
I - Despesas Área Social			
1 - Auxílio Alimentação	2.605.953,43		2.605.953,43
2 - Creche	451.365,02		451.365,02
3 - Auxílio Transporte	34.414,43		34.414,43
4 - Programa Qualidade de Vida		21.784,20	21.784,20
Subtotal I	3.091.732,88	21.784,20	3.113.517,08
II - Despesas Médicas			-
1 - Consultas	70.620,10	136.089,65	206.709,75
2 - Exames Laboratoriais	43.994,72	84.780,77	128.775,49
3 - Exames Radiológicos	36.681,31	70.687,34	107.368,65
4 - Internações	188.034,57	362.355,20	550.389,77
5 - Psicologia	23.654,30	45.583,43	69.237,73
6 - TFD		5.626,00	5.626,00
7 - Outras	129.870,12	250.268,42	380.138,54
Subtotal II	492.855,12	955.390,81	1.448.245,93
III - Despesas Odontológicas			-
1 - Dentisteria	23.711,44	45.693,53	69.404,97
2 - Prótese Dentária	24.968,43	48.115,84	73.084,27
3 - Periodontia	6.227,82	12.001,43	18.229,25
4 - Radiologia	6.456,37	12.441,85	18.898,22
5 - Endodontia	3.371,02	6.496,19	9.867,21
6 - Outras	13.769,78	26.535,28	40.305,06
Subtotal III	78.504,86	151.284,12	229.788,98
IV - Despesas Área Administrativa			-
1 - Fenaserjus		152.303,55	152.303,55
2 - Seguro de Vida		25.930,60	25.930,60
3 - Passagens e Hospedagem (TFD)		3.303,80	3.303,80
4 - Outras		10.085,10	10.085,10
Subtotal IV		191.623,05	191.623,05
Total Geral	3.663.092,86	1.320.082,18	4.983.175,04

Fonte: DIVAF e SECOR

obs:

Outras médicas: fisioterapia, fonoaudiologia, pequeno ato médico e cirúrgico, nefrologia, diagnóstico e terapia, endoscopia, quimioterapia, medicina nuclear, alergologia, psiquiatria, acupuntura.

Outras odontológicas: consulta, odontopediatria, cirurgia, prevenção.

Outras administrativas: medicamentos e materiais médicos, materiais odontológicos, carteiras Aliança Unimed, manutenção de convênios, material de expediente, INSS autônomos.

DEMONSTRATIVO DE RECEITAS E DESPESAS (2004)

Quadro I

R\$1,00

MÊS	UNIÃO				RECURSOS PRÓPRIOS							
	SALDO ANTERIOR	RECEITAS	DESPESAS	SALDO	SALDO ANTERIOR	RECEITAS				DESPESAS	SALDO	
						CONTRIBUIÇÃO	PARTICIPAÇÃO	RENDIMENTOS	OUTRAS			TOTAL
Saldo Dez/04		1.467.095,00		1.467.095,00						12.345.288,86		12.345.288,86
jan/05	1.467.095,00		571.359,98	895.735,02	12.345.288,86	1.624.502,33	113.958,25	153.497,23	202.290,44	2.094.248,25	1.320.082,18	13.119.454,93
fev/05				-						-		-
mar/05				-						-		-
abr/05				-						-		-
mai/05				-						-		-
jun/05				-						-		-
jul/05				-						-		-
ago/05				-						-		-
set/05				-						-		-
out/05				-						-		-
nov/05				-						-		-
dez/05				-						-		-
TOTAL 2005		1.467.095,00	571.359,98	895.735,02		1.624.502,33	113.958,25	153.497,23	202.290,44	14.439.537,11	1.320.082,18	13.119.454,93

FONTE: Recursos União - SECOR; Recursos Próprios - DIVAF.

Obs 1: O "Saldo de Dez/03" corresponde ao saldo em 31/12.

Obs 2: Recursos Próprios: "Rendimentos" = Aplicações em CDB e Fundos; Outros = Seguro de Vida, Devolução de DOC's, Patrocínios, etc...

Obs 3: As despesas da União não incluem o Auxílio Alimentação, Creche e Auxílio Transporte.

SIDJOR

Sistema Integrado de Divulgação Jornalística

Plenário

Reúne-se na 2ª quinta-feira dos meses pares

- Desembargador Federal ALOÍSIO PALMEIRA LIMA – Presidente
- Desembargador Federal MÁRIO CÉSAR RIBEIRO – Vice-Presidente
- Desembargadora Federal ASSULETE MAGALHÃES – Corregedora-Geral

Desembargador Federal TOURINHO NETO
Desembargador Federal CATÃO ALVES
Desembargador Federal JIRAIR ARAM MEGUERIAN

Acompanhe a transmissão ao vivo das sessões de julgamento,
pela Internet.

www.trf1.gov.br

Tribunal Regional Federal da 1ª Região

Aproximando o cidadão do Poder Judiciário